



# TRANSFORMANDO REALIDADES

O BID  
e o Brasil ▶

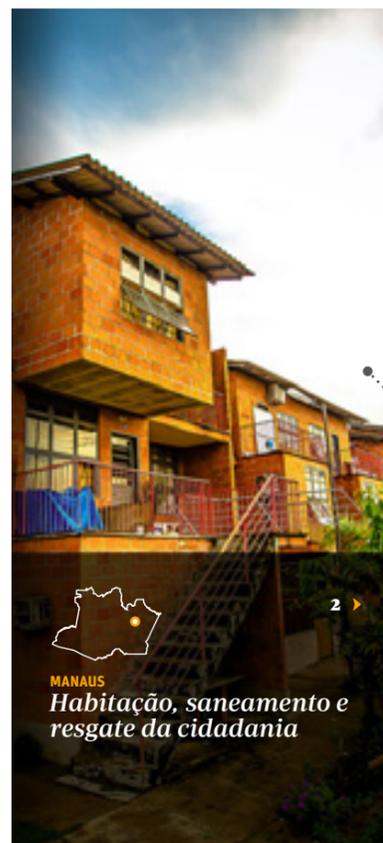
# Tire o máximo proveito dos recursos deste documento interativo

Atalho para o índice

O título da matéria também pode ser utilizado como atalho para voltar à capa

BID NO BRASIL > ÍNDICE

Utilize as setas para navegar entre as páginas



Para ler uma matéria a partir do índice, clique na área da matéria desejada

Utilize as setas para navegar entre as páginas

Atalho para o índice

Utilize estes botões para navegar entre as matérias

**O BID**  
**e o Brasil**

# O BID E O BRASIL

**D**esde que o BID chegou ao Brasil, em 1961, vem acompanhando os estágios de desenvolvimento do país, adaptando-se a cada etapa, buscando contribuir com soluções de desenvolvimento a desafios estruturais. Desde então, quase US\$ 50 bilhões foram aportados ao país.

Tão importante quanto o apoio financeiro, o conhecimento faz parte do apoio do Banco, que trabalha com a União, os estados e os municípios, setor privado e sociedade civil em áreas distintas, e em todas as regiões do país.

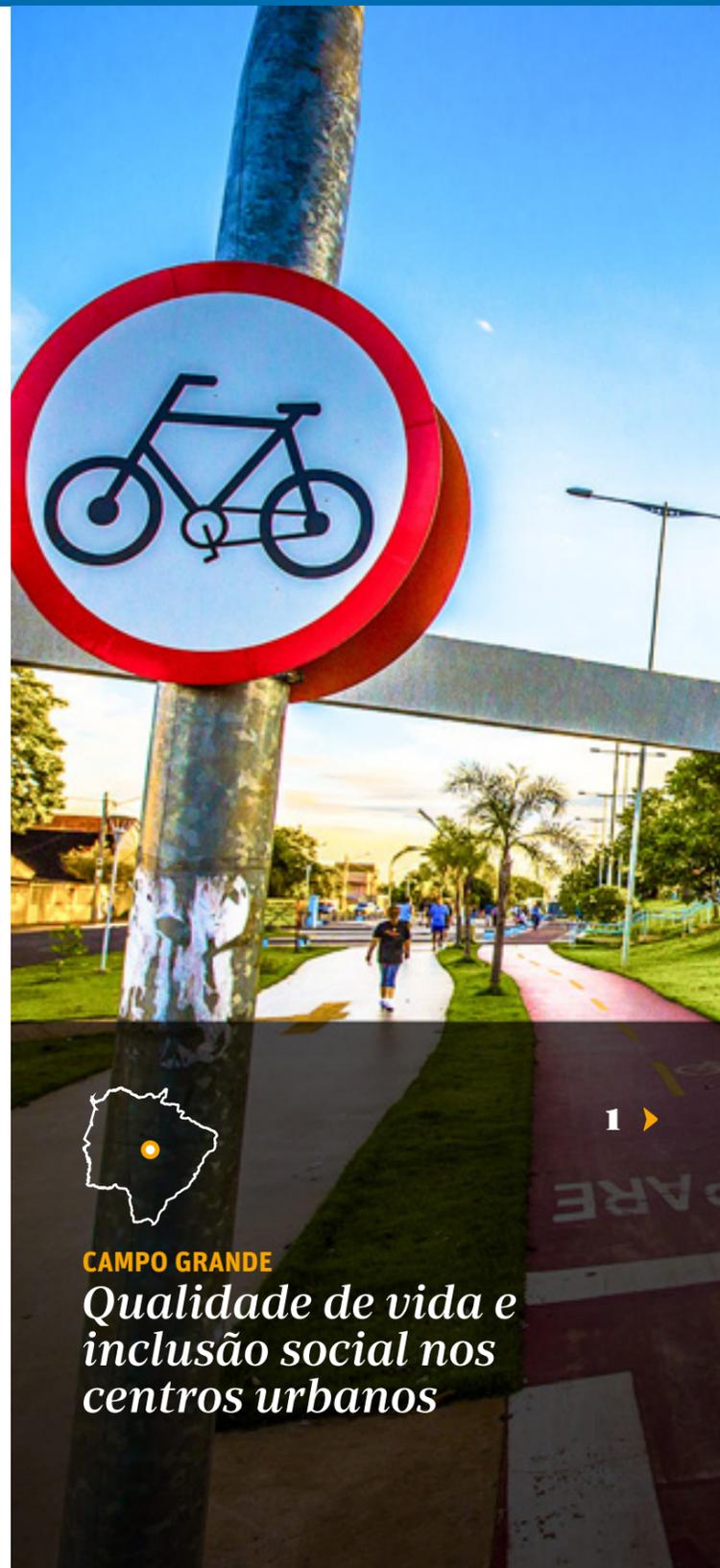
**Nas próximas páginas compartilhamos algumas experiências de como o pensamento multissetorial e integrado pode promover impactos de desenvolvimento mais duradouros e efetivos** às populações, instituições públicas, empresas e organizações, e consequentemente gerar mais qualidade de vida.

Soluções desenhadas em conjunto – instituições e sociedade, com uma abordagem que transcende as áreas iniciais em que se pensava intervir, somadas a um planejamento criterioso e certa dose de tomada de risco calculado vem apontando novos rumos do nosso trabalho.

Os desafios do desenvolvimento possuem faces distintas e o esforço para encará-las em todas as suas dimensões exigem propostas inovadoras. Eventualmente nos deparamos com situações inesperadas dentro dos projetos, e nestas ocasiões, novamente cabe a nós, em conjunto, reconsiderar, repensar, recriar. **Esperamos que as experiências a seguir sejam úteis para aqueles que lidam diariamente com estes desafios.**

Daniela Carrera-Marquis,  
Representante do BID no Brasil

**Conheça**  
**as histórias**



**CAMPO GRANDE**  
*Qualidade de vida e  
inclusão social nos  
centros urbanos*

1 >



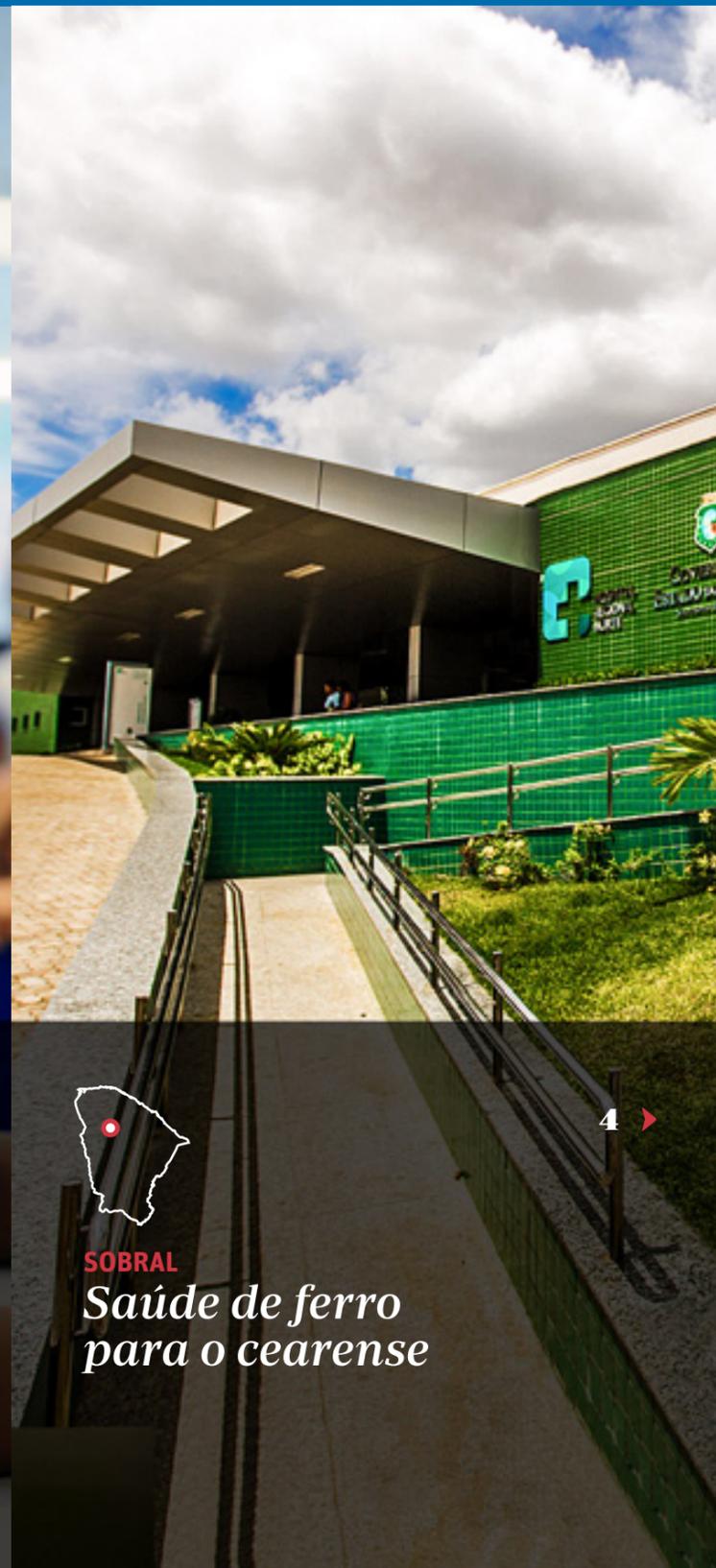
**MANAUS**  
*Habitação, saneamento e  
resgate da cidadania*

2 >



**GOIÂNIA, JOÃO PESSOA, PALMAS,  
FLORIANÓPOLIS E VITÓRIA**  
*Cidades médias: Porque  
pensar nelas agora*

3 >



**SOBRAL**  
*Saúde de ferro  
para o cearense*

4 >



4 ▶



5 ▶

**PARÁ, AMAZONAS E FLORIANÓPOLIS**  
*Educação: o desafio da universalização com qualidade e suas possibilidades*



6 ▶



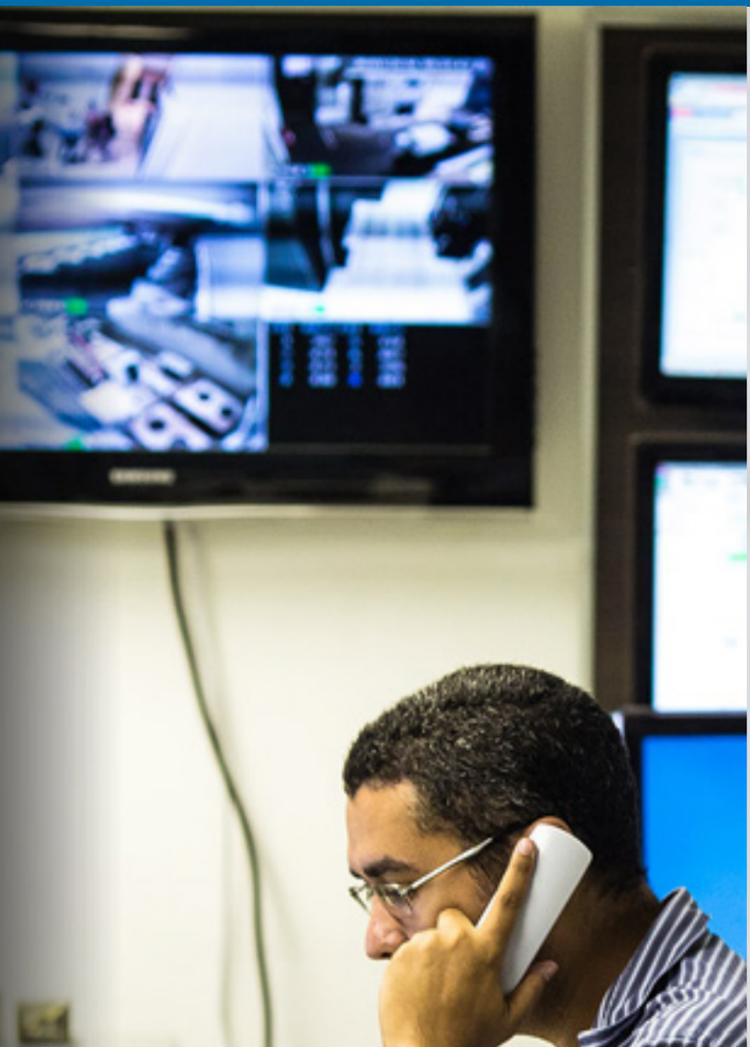
**CUBATÃO**  
*Recuperação da Mata Atlântica na Serra do Mar: muitos projetos em um*



7 ▶



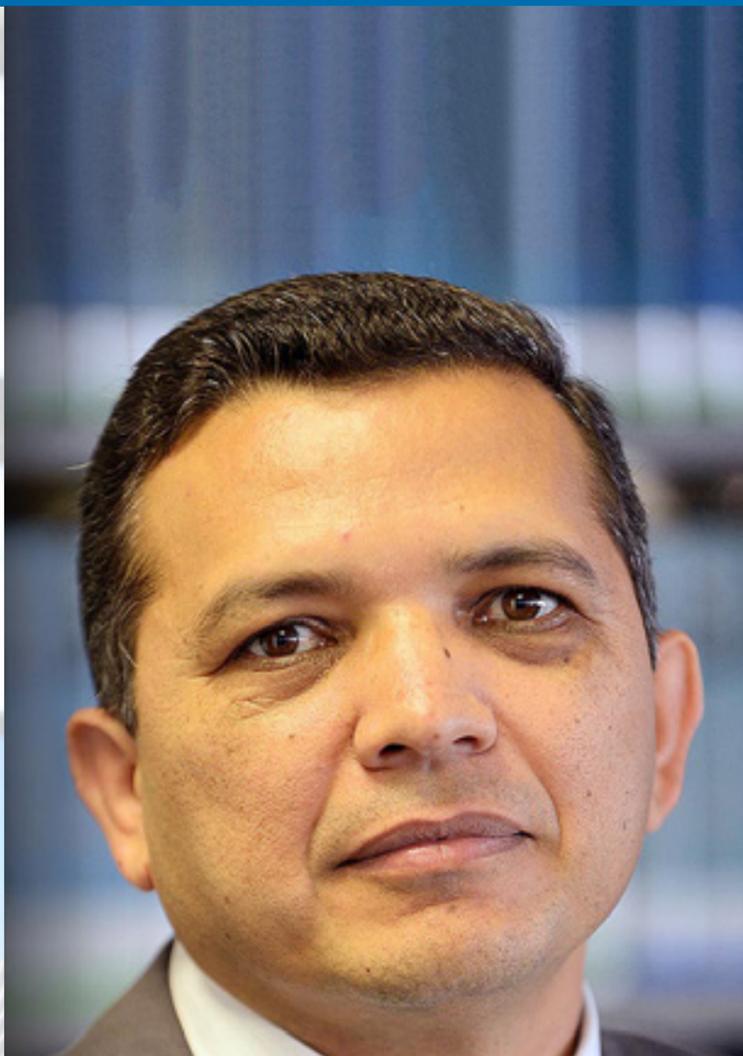
**CEARÁ**  
*Muito mais que rodovias*



8 ▶



**CEARÁ E PARAÍBA**  
*Menos burocracia e maior arrecadação aliada à transparência fiscal*



BRASÍLIA

*Pode contar com eles. E fazer auditoria com eles também*



MINAS GERAIS

*Competitividade para a fruticultura mineira*



CURITIBA

*Equilibrando informações de mercado para fortalecer o crédito produtivo*



RIO DE JANEIRO E RECIFE

*E a cultura do venture capital se estabelece no Brasil*



CAMPO GRANDE / MS

# Nova dinâmica urbana em Campo Grande

Antes dividida por uma ferrovia desativada, capital do Mato Grosso do Sul descobre os benefícios sociais e econômicos da implantação de espaços de convivência.

||| [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) ▶

**O crescimento ordenado das cidades médias representa numerosos desafios relacionados à qualidade de vida e mobilidade urbana, entre outros fatores.** Em Campo Grande não é diferente. Com mais de 800 mil habitantes, a cidade vivenciou na última década o esvaziamento e perda de dinamismo econômico de sua região central, enquanto a mobilidade urbana vinha sofrendo estrangulamentos com a crescente frota de veículos.



*“Alguns empreendimentos imobiliários aconteceram fora do perímetro central e a população de melhor renda passou a viver em áreas consideradas mais nobres. Com isso o centro acabou se concentrando em atividades de menor renda, como ambulantes”,* conta Catiana Sabadin, coordenadora de programas da Prefeitura de Campo Grande. A cidade estava também dividida por uma ferrovia, desativada desde o fim dos anos 90, o que dificultava o trânsito dos moradores de um lado ao outro.

Para acabar com esta divisão, trazer mais dinamismo ao centro e melhorar a mobilidade, a cidade vem adotando desde 2008 uma solução de desenvolvimento urbano integrado, o PROCIDADES, baseada numa estratégia de revitalização e utilização de

espaços públicos e de fortalecimento do sistema de transporte.

A ferrovia deu lugar a dois parques lineares construídos ao longo da antiga linha, convertendo-se em 2,5 km de calçada – a Orla Morena e a Orla Ferroviária, que compreende sete bairros, e por onde hoje circulam diariamente até 50 mil pessoas.

Jamilton Sampaio, morador e dono de uma loja de conveniências que funciona há mais de 30 anos nas imediações da Orla Morena, vive de perto estas transformações. *“O parque mais próximo daqui ficava a seis quilômetros. Se quiséssemos praticar esportes tínhamos que ir até lá. Hoje o movimento é inverso. Vem muita gente de outros bairros para conhecer a orla e praticar exercícios físicos já que temos também aparelhos de ginástica ao ar livre. O parquinho de crianças fica lotado.”*

O comerciante conta que o fluxo de clientes dobrou depois das obras, e com o aumento do movimento, principalmente ao fim do dia, fez uma reforma em seu estabelecimento. *“Tem hora que está tão cheio que nem conseguimos dar conta de atender a todos. Temos a clientela constante do bairro, e agora atendemos a este novo cliente que vem caminhar e tomar tererê”.*

O ambiente criado valorizou os imóveis da região em 30%. Com o aumento da circulação de pessoas, o número de licenças de funcionamento de comércio e serviços no centro aumentou 52% entre 2007 e 2012, trazendo de volta o desenvolvimento e utilização da área central.



A população tem sido ativa em todo o processo, e desde que a orla foi entregue, uma associação de moradores foi criada para garantir que os benefícios de infraestrutura tenham a devida utilização. Ricardo Oliveira tem cinco filhos, vive na região há 18 anos, e é o presidente da Associação Amigos da Orla Morena, que congrega os bairros beneficiados.

Vários projetos acontecem ao mesmo tempo, desde ginástica para a terceira idade, apresentação teatral, feira de produtores locais, promovidos por atores distintos da comunidade e pela Prefeitura. Ricardo avalia que a orla foi bem pensada para não ter espaços ociosos.



“  
**Nosso desafio é não só fomentar o cuidado dos visitantes com a orla, mas também incentivar os espaços de lazer, cultura, esporte e caminhada, fazendo uma utilização bastante coerente deste espaço.**”

Ricardo Harada, líder comunitário

A esposa de Ricardo, Loan Harada, é diretora de eventos da associação e conta que todos os dias os filhos vão para a orla. *“Eu faço caminhada e acompanho os meninos na pista de skate, mas aqui na frente de casa eles vão e voltam quando querem. As pessoas estão mais humanas porque passaram a conviver mais. Nosso bairro tem muitas pessoas idosas e a orla trouxe muitos benefícios para eles”*, avalia.

Algumas melhorias não previstas acabam surgindo quando se trata de uma intervenção integrada. De acordo com Loan, uma

escola pública da área estava prestes a ser fechada por falta de alunos, mas começou a ser procurada pelas famílias novamente após a revitalização da orla. *“Agora a escola tem até curso técnico à noite e é aberta à comunidade, com biblioteca e sala de informática”*, completa.

A valorização dos imóveis, por exemplo, é um elemento positivo para as famílias, mas pode desencadear o aumento de furtos, entre outros tipos de violência. Em parceria com a associação de mora-

dores, a Polícia Militar ampliou o patrulhamento por meio de bicicletas ao longo da orla e nas redondezas.

O acesso à orla também foi melhorado, como observa Ricardo. *“Com a obra houve todo um redirecionamento do trânsito. Antes tínhamos os trilhos e os bairros não contemplavam mobilidade. Este era um dos motivos das pessoas ficarem distantes, mesmo estando próximas. Melhorou bastante o fluxo de veículos e a organização do trânsito”*.

## Mobilidade Inteligente

**A** percepção de Ricardo vem ao encontro do que foi planejado para o projeto. Em termos de conectividade viária, artérias importantes da cidade foram ampliadas e adequadas para melhorar a conexão entre o setor oeste e a área central, em vias como a Avenida Júlio de Castilho e a Orla Morena.



Um novo sistema semafórico foi introduzido em 180 cruzamentos, com controle centralizado e monitoramento por imagem em tempo real. O Plano Diretor de Transportes foi revisado, utilizando novas bases de dados e técnicas de análise. Com as ações, o tempo de trajeto nestas áreas foi reduzido em 33%.

## Planejamento e consenso

**O** caminho para se chegar a uma composição de soluções urbanas envolve planejamento profundo alinhado aos desejos da população, que é ativa em todo o processo. A definição de uso dos espaços públicos, por exemplo, se dá por meio de amplos diálogos, que envolvem atores com interesses diversos, além de elementos econômicos, geográficos e sociais que devem ser observados. Conjugando todas estas variáveis torna-se assim o principal desafio de ações como as que aconteceram em Campo Grande.

Este é um processo em curso que caminha com a evolução da cidade. Catiana Sabadin, coordenadora do programa, considera o aporte técnico essencial em projetos como este. *“O fato de termos pensado as soluções mais viáveis para os problemas conjuntamente, e sob uma perspectiva integrada, proporcionou um salto de capacidade à Prefeitura, que ficará como legado para próximos projetos”.*

Catiana avalia que ao se comparar investimentos de cidades maiores para problemas similares, percebe-se em Campo Grande um retorno muito maior que o próprio investimento financeiro. *“São muitas ações realizadas com um recurso relativamente pequeno. O planejamento aliado a estudos rigorosos de viabilidade, assim como o próprio critério elevado para as ações, acaba gerando investimentos mais viáveis”.*

# Orla Morena

# Orla Ferroviária

Antes do PROCIDADES

mobilidade prejudicada

desvalorização do centro

2.5km de calçadão com ciclovia

50mil pessoas circulam diariamente

30% valorização de imóveis da região

ginástica para terceira idade, apresentações teatrais e feiras para produtores locais

quadras de esportes, ciclovias e pistas de skate

desenvolvimento e retorno de uso da área central

melhora do fluxo de trânsito e mobilidade entre bairros

aumento da clientela nos comércios da região

escolas nas proximidades voltaram a ser procuradas e agora funcionam até à noite

Imagem meramente ilustrativa

**Equilíbrio entre a melhoria da qualidade de vida, o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental**

COMPARTILHAR INFOGRÁFICO:



# Impactos do desenvolvimento integrado

- Percepção de melhoria de convivência social
- Valorização dos imóveis particulares em 30%
- Redução no tempo de deslocamento entre as principais regiões da cidade em 33%
- Fortalecimento do setor privado local, com aumento de 52% de licenças para estabelecimentos e comércio e serviços

Investimento Total

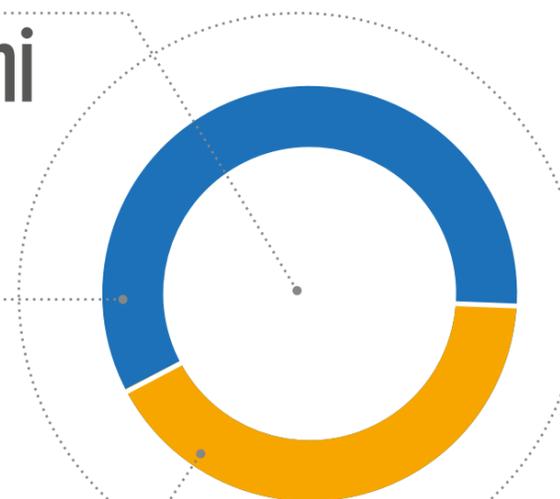
US\$ 46,61 mi

BID

US\$ 19,38 mi

Prefeitura Municipal de Campo Grande

US\$ 27,23 mi



**Conheça o próximo projeto**

VEJA OUTROS PROJETOS

**Especialista no Brasil:** Jason Hobbs  
**Divisão de Gestão Fiscal e Municipal**  
**Projeto:** [BR-L1104](#)

COMPARTILHE:





MANAUS / AM



# Manaus: das palafitas para o futuro

Sob paisagem urbana revitalizada, população amazonense percebe novas perspectivas de vida. Mais de 10 mil famílias deixaram palafitas para viver em novos conjuntos habitacionais.

||| [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) ▶

**Q**uatro anos atrás, Lidiane Reis, 34, vendia água pelas ruas e fazia faxinas para viver. Hoje ela cursa graduação em História na Universidade Federal do Amazonas e comanda uma equipe de 70 pessoas na manutenção das dependências de um órgão público estadual. A rápida superação começou quando ela deixou a palafita onde vivia no centro da cidade de Manaus, para viver com o filho em uma unidade habitacional oferecida pelo Programa Socioambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), no Bairro Cachoeirinha, em 2010.

*“Junto com a nova casa eu fiz todos os cursos que eram oferecidos para a população e muito do que eu aprendi nos cursos fez parte das questões do Exame Nacional do Ensino Médio. Passei no ENEM e em seguida, fui aprovada pelo SISU”,* conta Lidiane, orgulhosa de seus 22 certificados. *“Sinto um orgulho imenso do meu esforço e não passa pela minha cabeça sair do*

“  
**Hoje eu não tenho vergonha do meu endereço.**

Lidiane Colares



*meu estado. Eu consegui vencer no meu estado”,* completa.

A população de Manaus quintuplicou nas últimas três décadas, e os novos habitantes foram se estabelecendo em palafitas, ao longo dos afluentes do Rio Negro que cortam a cidade, os igarapés, sobretudo nas bacias São Raimundo e Educandos-Quarenta, que juntas somam mais de 14 mil hectares. Ali careciam de energia elétrica, água potável e sistema de esgoto, com problemas de saúde recorrentes e riscos de perderem suas casas com as inundações naturais deste tipo de hidrogeologia.

Para lidar com esta complexidade urbana e ambiental, o programa, iniciado em 2006, foi pensado sob uma perspectiva integral que compreende intervenções em saneamento, com implantação de sistemas de água potável e drenagem, coleta e disposição de esgotamento sanitário; recuperação ambiental e requalificação urbana; reassentamento das famílias que viviam em áreas de risco para novas unidades habitacionais; além das capacitações para que as famílias, já acomodadas em suas novas residências, possam se posicionar melhor no mercado de trabalho.



Desde então, 10.160 famílias deixaram as palafitas para viver em 2.356 conjuntos habitacionais, equipados com infraestrutura básica e ruas asfaltadas. Foram construídos 161 quilômetros de redes de esgoto e 5.915 quilômetros de redes de água potável. Além disso, 58 hectares de espaços de convivência como parques, quadras esportivas e praças foram construídos para promover acesso ao lazer e práticas de esportes. Com o fim da densidade populacional sobre os igarapés, 10 quilômetros de encostas foram recuperadas, e 37 km de sistemas de drenagem implantados, o que diminuiu o nível das águas durante a época de cheia.

**A**ssim como Lidiane, cerca de 930 pessoas participaram das mais de 35 modalidades de cursos oferecidos.

Uma delas é a artesã Alcenira Guerreiro, 58. Desde que o esposo ficou doente ela teve que assumir as despesas de casa, e a capacitação em empreendedorismo, além de outras modalidades de artesanato foram essenciais para ela. *“Eu tinha dificuldade em colocar o preço nas minhas peças. Às vezes eu colocava o preço que eu achava que era o ideal”.*



“

*A diferença é que agora é meu.*

Alcenira Guerreiro

Com os conhecimentos adquiridos sobre comércio justo, Alcenira agora consegue melhor rentabilidade do seu trabalho. Em 2009 ela se mudou para o Parque Residencial Manaus, onde vive com o esposo e quatro filhos. Desde então, trabalha em casa, e aos fins de semana expõe e vende suas peças.

Em sua terceira etapa, as intervenções do PROSAMIM vão alcançar a bacia de São Raimundo, para que mais 76 mil pessoas sejam atendidas até 2015. A continuidade do programa demonstra impactos na diminuição de incidência de problemas de saúde e doenças, como diarreia e Hepatite A. Desde que as famílias começaram a deixar os igarapés, o índice de diarreia diminuiu de 57 para cinco casos a cada 10 mil habitantes, enquanto a incidência de Hepatite A declinou de 12 para dois casos a cada 10 mil habitantes. Com a criação de um ambiente mais amplo e iluminado houve uma percepção por parte da população de redução da violência e mudança de comportamento, trazendo mais qualidade de vida.

## Organização Comunitária

**A** atuação da população desde a concepção do programa se deu em diversos formatos. As comunidades estiveram envolvidas nos processos de reassentamento das famílias e no acompanhamento das obras, assim como nas atividades de preservação ambiental.



O trabalho conjunto foi desenvolvido no marco de um sistema de gestão ambiental planejado a partir de amplo processo de consulta pública e participação da comunidade, e do estabelecimento de uma Unidade de Gestão do Programa. As famílias tiveram capacitação em temas como saneamento comunitário e conservação, e muitos moradores se transformaram em agentes comunitários.

## Depois da palafita

**M**esmo com melhores possibilidades de colocação no mercado de trabalho, tem sido cada vez mais comum a criação de pequenos negócios pelos moradores nas próprias unidades, sobretudo entre trabalhadores autônomos ou mulheres chefes de família que, trabalhando em casa, podem também cuidar de seus filhos. O senso de oportunidade desses novos empreendedores demonstra a carência de serviços como salões de beleza, pequenos armazéns, oficinas de consertos de aparelhos domésticos e de celulares e o espírito do empreendedor manauara se manifesta por meio de cartazes e faixas colocados nas portas de suas casas.

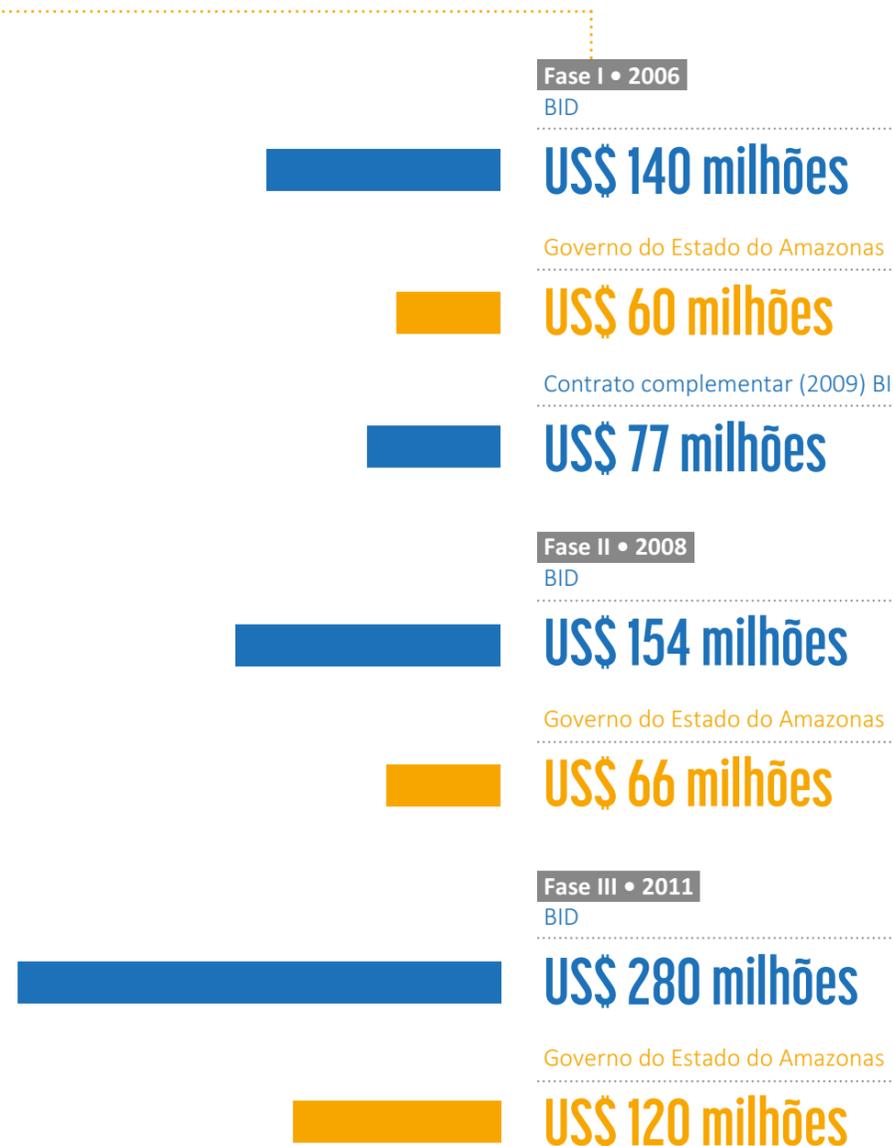


Isso representa novos desafios para os governantes e planejadores da cidade que deverão buscar formas criativas de adequação locacional e administrativa desse ganho social. Também é importante incentivar a regularização desses pequenos empreendedores junto ao sistema previdenciário nacional, estimulando sua contribuição e dando aos trabalhadores uma perspectiva de benefícios de longo prazo neste sistema.

# Impactos do desenvolvimento integrado

- 10.160 famílias reassentadas
- 2.356 conjuntos habitacionais construídos
- Redução de incidência de diarreia de 57 para cinco casos a cada 10 mil habitantes e de Hepatite A de doze para dois casos a cada 10 mil habitantes nas áreas de atuação do programa
- 161 km de redes de esgoto e 5.915 km de redes de água potável construídas
- 35 cursos técnicos oferecidos a 930 pessoas

**Especialista no Brasil:** Claudia Nery  
**Divisão de Água e Saneamento**  
**Projeto:** [BR-L1297](#)



COMPARTILHE:



**Conheça o próximo projeto**

VEJA OUTROS PROJETOS



GOIÂNIA / GO, JOÃO PESSOA / PB, PALMAS / TO,  
FLORIANÓPOLIS / SC E VITÓRIA / ES

# Cidades médias: Porque pensar nelas agora

Metodologia ajuda cidades com acelerado crescimento populacional e econômico a identificar seus desafios e planejar ações de maneira integrada, direcionadas a uma maior sustentabilidade no longo prazo.

||| [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) ▶

**P**ensar o desenvolvimento integrado e sustentável das cidades em um país que tem mais de 80% de sua população urbana é tarefa que requer elevado nível de planejamento e visão sistêmica dos gestores municipais, sobretudo nas cidades médias que vem experimentando índices elevados de crescimento econômico nos últimos anos e estabilidade fiscal e de governo.

As cidades médias ampliam cada vez mais sua relevância no país, tanto nos aspectos econômicos quanto sociais, e ao mesmo tempo não lidam com a mesma sobrecarga de problemas que desafia as metrópoles no tocante a temas como mobilidade, segurança e saúde. O desafio da gestão urbana moderna se mostra ao mesmo tempo uma oportunidade de crescimento sustentável no longo prazo.

A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis ([ICES](#)) foi criada neste contexto

e busca maneiras de apoiar os gestores municipais a encararem os desafios urbanos de forma integrada. A ICES ajuda a identificar, avaliar e priorizar problemas e, assim, a tomada de decisão para ações e investimentos em setores que possam gerar resultados e impactos mais positivos para a cidade. O objetivo é encontrar soluções específicas avaliadas em diferentes aspectos, que possam ser monitoradas ao longo da fase de implementação.

A metodologia funciona da seguinte forma: é elaborado um diagnóstico rápido baseado em indicadores para diferentes temas da vida da cidade. Essa avaliação é aplicada junto à comunidade local por equipes multissetoriais de especialistas – em desenvolvimento urbano, gestão fiscal, mobilidade, segurança, saneamento, meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento econômico, serviços sociais, entre outras áreas, **com base em três dimensões: sustentabilidade ambiental e mudança climática, desenvolvimento urbano e sustentável, e sustentabilidade fiscal e de governo.**

Após o diagnóstico, é feita a priorização dos temas, a avaliação da viabilidade e do impacto das possíveis ações para os problemas identificados e um plano de investimento. Junto ao diagnóstico são elaborados o inventário de gases de efeito estufa, mapa de vulnerabilidade a mudanças climáticas, e o estudo de

crescimento da mancha urbana, ferramentas importantes para que a cidade possa repensar seu desenvolvimento diante do cenário atual.

As fases da ICES levam ao desenvolvimento de um plano de ação com a participação ativa da sociedade estabelecendo os passos necessários para que a cidade tome ações concretas nas áreas em que se encontra mais vulnerável. **A participação cidadã é presente ao longo de todo o processo**, sobretudo no monitoramento da evolução dos indicadores de sustentabilidade da cidade e na cobrança para a melhoria contínua dos mesmos.

No Brasil, a ICES conta com a parceria da CAIXA, cujo Fundo Socioambiental está destinando recursos para a aplicação da metodologia. Além disso, o BID destina recursos para a elaboração dos estudos de base, que enriquecem os diagnósticos feitos nas cidades, e mantém uma equipe

que acompanha a aplicação da metodologia.

Para o Gerente Nacional de Responsabilidade Socioambiental da CAIXA, Jean Benevides, os princípios da sustentabilidade alicerçados no tripé meio ambiente, desenvolvimento econômico e justiça social devem orientar as práticas de planejamento e gestão municipal. *“É a partir dessa percepção que a CAIXA alia-se ao BID na implementação da ICES no Brasil, buscando dar resposta de forma rápida e participativa a questões urbanas prioritárias para a viabilização de cidades mais harmônicas e sustentáveis”*, disse.

Atualmente, a ICES realiza projetos em 40 cidades da América Latina e do Caribe. A primeira cidade brasileira a participar foi Goiânia, com o plano de ação já em execução. As cidades de João Pessoa, Florianópolis, Palmas e Vitória, escolhidas dentro do projeto BID/CAIXA, também aderiram à iniciativa, compreendendo uma população de três milhões de pessoas. A escolha das cidades foi baseada em premissas de crescimento econômico e população entre 100 mil e dois milhões de habitantes, entre outros critérios que caracterizam a cidade como emergente.

## Plano de ação de Goiânia

**C**om mais de 1,2 milhão de habitantes, Goiânia vem apostando na gestão de seus espaços e projetos de forma integrada. As crescentes demandas relacionadas a temas como desenvolvimento econômico, mobilidade e segurança requerem novas formas de atuação, focadas na gestão por resultados e em modernas propostas para a gestão urbana, que poderão fazer frente aos efeitos das mudanças climáticas.

O [diagnóstico da cidade](#) apresenta uma boa situação em temas ligados à dimensão ambiental como água, resíduos sólidos, energia, enquanto questões relacionadas ao esgotamento sanitário, controle da qualidade do ar e da poluição acústica merecem maior atenção. Áreas como saúde, educação e níveis de pobreza da população apresentaram bons resultados.

Com base nos dados levantados, o Plano de Ação foi estruturado em seis áreas prioritárias: transporte público e mobilidade urbana; competitividade e conectividade; modernização da gestão pública; segurança; gestão da expansão urbana; gerenciamento de desastres naturais e adaptação às mudanças climáticas. Agora a cidade trabalha no plano de investimentos para executar as ações propostas.



Para o coordenador da ICES de Goiânia, Flávio Yuaca, a iniciativa permite pensar, planejar e executar ações sustentáveis e integradas de longo prazo nas cidades médias.

“

***O plano de ação direciona Goiânia a ser uma cidade mais segura, compacta, que ocupa seu território de maneira inteligente e ordenada e conseqüentemente, no longo prazo, a qualidade de vida será mantida de forma perene.***

Flávio Yuaca, coordenador da ICES de Goiânia

## Plano de ação João Pessoa

**L**ançado em 2014, o [Plano de Ação João Pessoa Sustentável](#) demonstra que a cidade tem um bom manejo de temas como água, ruído, qualidade do ar, conectividade e transparência, e outros merecem atenção, como saúde e educação, saneamento e drenagem, gestão dos resíduos sólidos e gestão pública.

Além disso, temas urbanos, como base econômica diversificada, emprego e desigualdade urbana, assim como as questões relacionadas à violência e sensação de segurança apresentam necessidade de políticas mais eficazes. Sobre mobilidade, há falhas de infraestrutura e planejamento de transporte, assim como de acessibilidade econômica ao transporte público.

A partir do diagnóstico foram priorizadas algumas áreas de intervenção e desenvolvidas estratégias de ação e atividades de curto, médio e longo prazo, com custos, fontes de recursos, execução e arranjos institucionais para acompanhamento e monitoramento dos resultados previstos, inclusive com indicadores que possam medir a evolução de diferentes temas com participação cidadã.

“

***Integrar a sustentabilidade ambiental e fiscal em sintonia com a população e gestão pública são tarefas de grande valia para melhorar nossa cidade que é de pessoas para pessoas.***

Adenilson Ferreira, coordenador da ICES em João Pessoa

Os temas propostos para João Pessoa são interdependentes, e permitirão uma abordagem interdisciplinar das soluções investigadas, buscando fortalecer institucionalmente todos os atores envolvidos, em um exercício que poderá servir de exemplo para outras cidades brasileiras e da América Latina e Caribe.

## Fases de uma cidade na Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis

Imagem meramente ilustrativa



Atividades

Produtos

### Preparação

- Coleta de Informações
- Formação de equipes
- Identificação de atores
- Contratação de técnicos

- Lista de atores
- Visão inicial de fortalezas e áreas problemáticas

### 1. Análise Diagnóstico

- Primeira missão
- Panorama geral das cidades
- Completar indicadores
- Semáforo
- Estudos de base

- Conjunto de indicadores com análise de semáforos e comparados com cidades

### 2. Priorização

- Aplicação dos filtros:
  - Opinião Pública
  - Econômico
  - Mudança Climática
  - Técnico
- Áreas críticas para a sustentabilidade da cidade

- Lista de áreas e temas priorizados

### 3. Plano de Ação

- Formulação do Plano de Ação para estratégias identificadas
- Estudo inicial
- Criar Plano de Ação detalhado
- Validar Plano de Ação

- Plano de Ação de alto nível

### 4. Pré-Investimento

- Financiamento de estudos de temas priorizados:
  - Viabilidade
  - Econômico
  - Engenharia
  - Ambiental
- Elaboração de CT vertical

- Conjunto de ações definidas com descrições básicas

### 5. Monitoramento

- Desenho e implementação do sistema de monitoramento
- Indicadores de áreas priorizadas
- Percepção cidadão
- Temas de interesse

- Sistema de monitoramento

### Investimento

- Execução do Plano de Ação
- Projetos prontos para licitação e financiamento

- Provisão de serviços e de infraestrutura pública

### Núcleo da Metodologia

Execução do Plano de Ação – 1 ano

### Pré-investimento e Monitoramento

Execução do Plano de Ação – 3 anos

COMPARTILHAR INFOGRÁFICO:



# Variáveis para um planejamento de desenvolvimento urbano sustentável em longo prazo:

- Redução da vulnerabilidade climática e prevenção de desastres naturais
- Gestão ambiental local e controle de contaminação do meio ambiente
- Eficiência dos sistemas de transporte urbano
- Competitividade econômica
- Segurança cidadã
- Decisões transparentes na gestão fiscal e governamental
- Efeito catalizador nas cidades

**Especialista no Brasil:** Márcia Casseb  
**Divisões Gestão Fiscal e Municipal**

## Investimentos

Na aplicação da metodologia ICES no Brasil, os recursos no Brasil são aportados pela CAIXA e pelo BID. A identificação de fundos de investimentos para a implementação do Plano de Ação deve permitir o uso de recursos locais e de diferentes organizações nacionais e internacionais.

**Conheça o próximo projeto**

**VEJA OUTROS PROJETOS**

COMPARTILHE:





SOBRAL / CE

# Saúde de ferro para o cearense

Quando concluído, em 2015, programa contará com a construção e implantação de dois complexos hospitalares, 20 ambulatorios, 16 centros especializados em serviços dentários todos acreditados em qualidade, segundo padrões internacionais.

||| [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) ▶

**O**s moradores de Sobral, cidade de médio porte do estado do Ceará, assim como das cidades vizinhas, são personagens de uma mudança estrutural no atendimento integral de saúde. As filas quase intermináveis nas emergências dos hospitais, as dificuldades de atendimento por médicos especializados e os problemas dos programas de prevenção a doenças deram lugar a um sistema organizado de atenção à população.



Francisca Silvestre, 80 anos, que tem diabetes e algumas complicações da doença, é um exemplo disso. Ela vive na zona rural, distante aproximadamente 50 quilômetros de Sobral. Mesmo estando longe da cidade, ela viu de perto as mudanças, que começaram em 2009. Com problemas de cicatrizações, Francisca constantemente precisa de ajuda médica. *“Antes era muito difícil, eu nem ia a nenhum hospital, pois sabia que não seria atendida”*, conta, enquanto esperava por um atendimento em uma das Policlínicas da cidade. Depois de ter passado por vários problemas com as consequências da diabetes, finalmente Francisca pôde ser atendida de forma regular, nos novos serviços implementados. Além de passar por exames e consultas, ela também recebe informações preventivas sobre os potenciais problemas decorrentes da doença.

Assim como ela, todos os cidadãos do estado do Ceará passam, ou vão passar em breve, a contar com o novo modelo de atendimento já em prática em Sobral e no Cariri. O conceito que permeia o sucesso do Programa de Expansão e Melhoria dos Serviços de Saúde do Ceará é aprimorar, de maneira intensiva, a forma como é feita a gestão da saúde no estado.

“  
*Antes era muito difícil, eu nem ia a nenhum hospital, pois sabia que não seria atendida.*

Francisca Silvestre, paciente.



O programa fortaleceu não somente a infraestrutura dos serviços de saúde no interior do Estado, como proporcionou uma reestruturação na gestão da sua rede assistencial, por meio do aperfeiçoamento da regulação do acesso, garantindo marcações oportunas de consultas que permitiram o equacionamento da demanda tendo em conta a oferta existente entre as distintas regiões, as referências e contra referências entre os serviços, e a capacitação de profissionais da saúde para a melhora contínua dos serviços.

## Descentralização

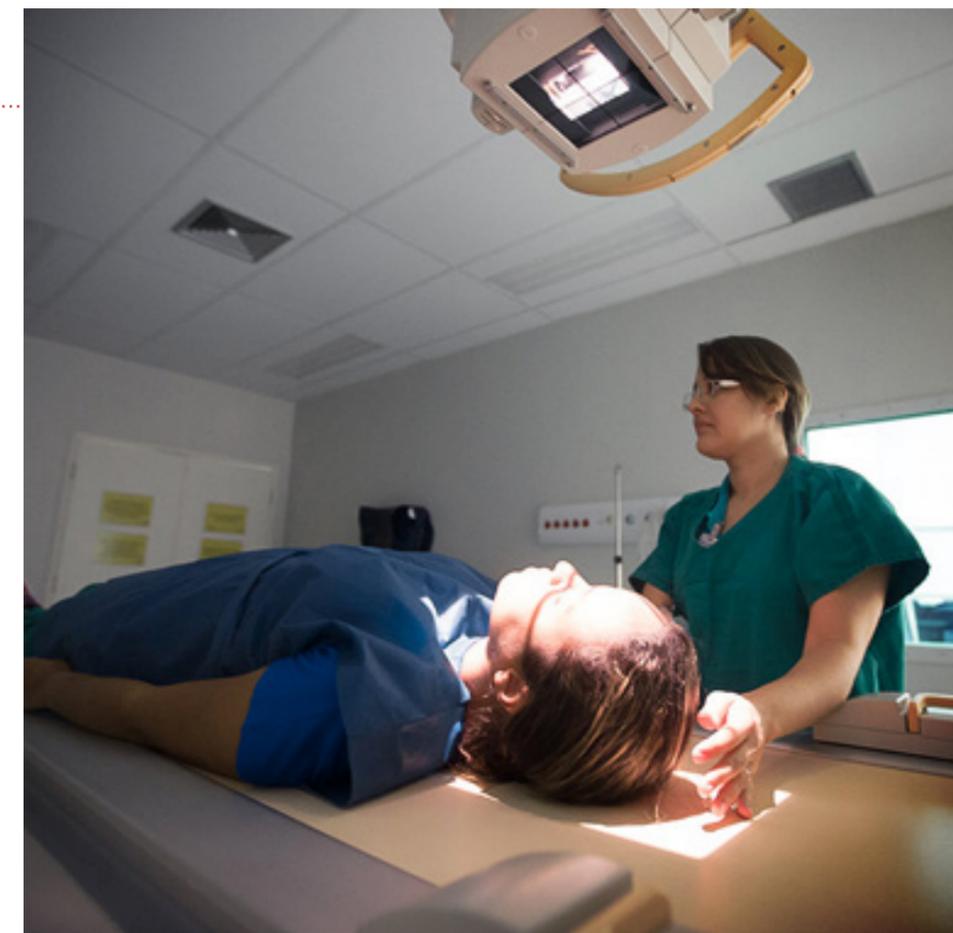
O **gerenciamento do programa** tem como base a descentralização e a regionalização dos serviços, seguindo os princípios do Serviço Único de Saúde (SUS). O Governo do Estado do Ceará vem trabalhando nos últimos anos para expandir a rede de serviços de saúde para o interior e, ao mesmo tempo, incrementando sua qualidade e produtividade. Foram criadas quatro macrorregiões de saúde – Fortaleza, Cariri, Sobral e Sertão. Cada uma conta com um sistema de promoção, prevenção e atenção à saúde, composto por unidades básicas de saúde, policlínicas, unidades de pronto atendimento, hospitais regionais, entre outros serviços.

Com esse desenho institucional, é possível organizar a oferta e a demanda por serviços de saúde, integrando todos os níveis de atenção, desde a promoção até o atendimento de alta complexidade, como transplantes, cirurgias e terapias avançadas como as de tratamento do câncer. Ainda fazem parte desse sistema os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), preparados para realizar diagnósticos, acompanhamentos e tratamentos mais avançados, pois a prevenção e tratamentos simples são providos com a equipe odontológica na atenção básica. Os CEOS contam com áreas de endodontia, periodontia, prótese, ortodontia, cirurgia e atendimento a pacientes especiais, além de diagnóstico terapêutico e radiodiagnóstico.

Na prática, o sistema funciona assim: quando necessário, os cidadãos são atendidos nas policlínicas, que oferecem serviços variados de múltiplas especialidades de cuidados de saúde, como diagnósticos avançados, tratamentos ambulatoriais, consultas especializadas, e pequenas cirurgias, de baixa complexidade. Nas situações em que o paciente precisa de cuidado especializado, ainda de maior complexidade, é encaminhado para os hospitais do estado. Cabe às unidades básicas de saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) ou à Central de Regulação de atendimento definir qual o destino a ser buscado.

A busca pela qualidade do atendimento prestado faz parte de outra frente do programa, por meio da acreditação ONA (National Organization Accreditation), instituição que tem uma série de padrões de qualidade e segurança no que se refere a serviços hospitalares e ambulatoriais. Assim, o programa contará com a ONA para imprimir esses padrões em 37 serviços, até o final de 2014.

Dessa maneira, o estado consegue ampliar o acesso da população aos serviços de saúde, aos especialistas e a exames na própria região onde as pessoas moram, com alta qualidade, evitando-se as transferências desnecessárias para a capital Fortaleza ou para outras regiões.



## Mais perto

**A história de Vânia** Rocha, grávida de seis meses, é um exemplo de como a velocidade e a qualidade do atendimento mudaram na região de Sobral. O marido de Vânia enfrenta um câncer severo e, em uma das fases do tratamento, precisou de um quarto de isolamento, pois estava com a imunidade em níveis insignificantes. Qualquer contato com um simples vírus ou bactéria poderia ser fatal. Rapidamente a central de regulação da região de Sobral o direcionou para o Hospital Geral da cidade, onde prontamente recebeu os cuidados necessários ao delicado quadro em que se encontrava. Se fosse em outro momento, teria que esperar uma vaga em algum dos hospitais de Fortaleza.



“  
**Estou mais tranquila em saber que meu esposo está internado aqui em Sobral e que o hospital tem todos os recursos necessários para atendê-lo, seja para fazer um exame ou uma cirurgia imediata. É melhor estarmos aqui do que em Fortaleza, já que aqui temos o apoio da família e dos amigos.**

Vânia Rocha

“  
**Não tinha dinheiro para melhorar aquilo. É ótimo poder me olhar no espelho com o sorriso certinho. Já esta bem perto para eu tirar aparelho. Minha filha e mais duas sobrinhas fazem tratamento aqui também.**

Geralda Souza Muniz

## Dentes saudáveis

**A política de saúde bucal** implementada no Ceará prevê a implantação de 16 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) até o final de 2014. Em dezembro de 2013, 16 já estavam em funcionamento. A ideia é mais do que deixar as pessoas com sorrisos bonitos. **“O objetivo maior é que elas sintam-se bem e tenham saúde”**, explica Felipe Freire de Carvalho, diretor do CEO de Sobral. O Centro realiza cerca de 2.200 atendimentos por mês, recebendo pessoas de toda a região.

Em 2011, a cabeleireira Gerarda Muniz, que vive no Município de Massapê, foi encaminhada para a central de agendamento do CEO de Sobral para marcar uma consulta. Ela não sabia exatamente o que esperar, mas ficou surpresa ao saber que ali poderia tratar os dentes tortos que tanto a incomodavam.

## A saúde e suas nuances

**E**laborar um programa tão complexo e abrangente quanto este, trabalho feito em conjunto com o estado, requer uma abordagem tanto em gestão do sistema de saúde quanto na qualidade e variedade dos atendimentos oferecidos. Entre os principais pontos observados durante todo o processo, está a necessidade de mantê-lo alinhado completamente aos princípios do Sistema Único de Saúde, bem como com as diretrizes do Ministério da Saúde.



Para garantir a atenção à saúde em todas as regiões, de forma continuada e sustentável, um grande esforço foi envidado pelos municípios, que se organizaram, juntamente com o Estado, em consórcios interfederativos, outra inovação em gestão da saúde presente no Programa. Os consórcios interfederativos conformados para o gestão dos serviços especializados nas regiões (CEOs e policlínicas) estabelecem obrigações entre as partes e o co-financiamento entre Estado e municípios, o que gera uma otimização da oferta regional e dos custos do funcionamento dos serviços.



# Impactos do desenvolvimento integrado

Número total de consultas especializadas

2011

10,2 mil

2013

98,5 mil

Número total de consultas de psicoterapia

2011

579

2013

5 mil

Número total de exames

2011

8,1 mil

2013

85,3 mil

Número total de serviços técnicos

2011

8,1 mil

2013

85,3 mil

Número total de sessões de fisioterapia

2011

1,9 mil

2013

26,9 mil

Especialista no Brasil: Márcia Rocha

Divisão de Proteção Social e Saúde

Projeto: [BR-L1177](#)

Investimento Total

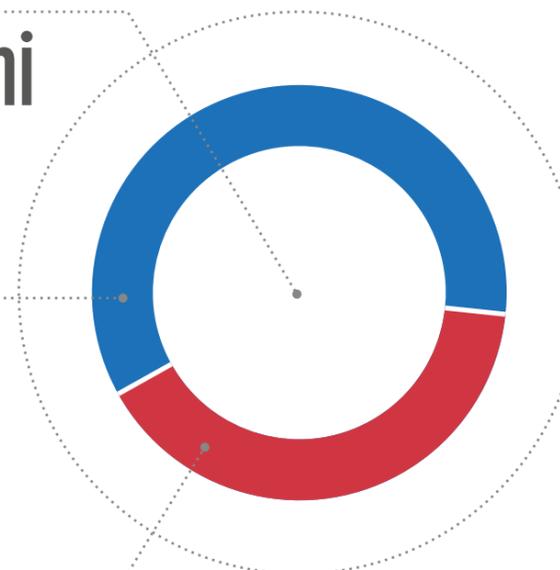
US\$ 123,4 mi

BID

US\$ 77 mi

Governo do Ceará

US\$ 46,4 mi



Conheça o próximo projeto

VEJA OUTROS PROJETOS

COMPARTILHE:





PARÁ, AMAZONAS E FLORIANÓPOLIS / SC

# Educação: O desafio da universalização com qualidade e suas possibilidades

Pará, Amazonas e Florianópolis vêm adotando medidas diferenciadas de curto, médio e longo prazo para garantir acesso à educação de qualidade.

||| [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) >

**O**s países da América Latina avançaram muito nos últimos anos em termos de universalização do ensino fundamental, sendo a qualidade do ensino fundamental e médio o próximo desafio da agenda educacional. O Brasil ocupa um dos últimos lugares nos rankings de leitura, matemática e ciências em uma lista de 65 países.

Aproximadamente 36% dos estudantes com 15 anos de idade já repetiram ao menos uma série, e pouco mais da metade dos jovens brasileiros conclui o ensino médio. Diante de um contexto de grandes desafios, estados e municípios tem buscado desenvolver estratégias e ações inovadoras para melhorar índices como estes.

No Brasil, cabe aos municípios oferecer vagas em creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental. Os estados priorizam o ensino médio, mas também atuam em parceria com os municípios na oferta do ensino fundamental, enquanto a União organiza o sistema como um todo e regula o ensino superior.

## No Pará, sociedade civil e setor privado entram em campo

O estado do Pará, por exemplo, recorreu à responsabilidade compartilhada, colocando em marcha o [Pacto pela Educação](#), uma iniciativa que une até o momento 97% das prefeituras do estado, sociedade civil e setor privado, com o objetivo de reverter o quadro da evasão escolar assim como universalizar a atenção escolar para a população de 6 a 17 anos até 2017, além de garantir que todos os professores da educação básica tenham formação de nível superior.

Para o superintendente do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques, o Pacto pela Educação do Pará se configura em uma experiência concreta de responsabilidade compartilhada. **“A melhoria da qualidade da educação e efetividade das políticas públicas valida o compromisso de todos com o ensino”**, disse.

Em 2013, o estado aplicou pela primeira vez a prova do Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE), para identificar os avanços de aprendizagem do aluno e os fatores associados ao

rendimento escolar. Com os resultados, a [Secretaria de Educação do Pará](#) vai ajudar estudantes com dificuldades de aprendizagem, e melhorar o gerenciamento dos centros de ensino.

Cerca de 30 escolas secundárias e duas escolas técnicas serão construídas, além de reformadas outras 350 unidades, abrindo oportunidades educacionais de qualidade para mais de 42 mil estudantes. Com estas medidas pretende-se reduzir o número de jovens que pertencem à geração nem-nem, que nem estudam e nem trabalham, trazendo reflexos positivos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e futuramente no mercado de trabalho.

Para a coordenadora do programa de educação do estado, Márcia Aguiar, investir em educação é um bom negócio que gera capital humano e cidadãos mais conscientes. **“Desenvolver o ser humano em seus múltiplos aspectos oportuniza a formação escolar plena que contribui para o desenvolvimento do cidadão e sua emancipação econômica”**.

## Ensino via satélite no Amazonas

Dadas as grandes distâncias e dimensões no maior estado do país, o Amazonas vai expandir o uso do ensino via satélite para alcançar mais jovens que vivem longe da escola, assim como aprimorar a gestão escolar agregando métodos modernos de administração e estabelecendo metas pedagógicas claras para conduzir o trabalho dos educadores.

De acordo com o coordenador do projeto, Marcelo Campbell, o ensino via satélite vai além da sala de aula por integrar o aluno, o professor, o conhecimento, a comunidade e a floresta. *“Se você quer desenvolver uma região, dê a ela educação. Aqui no Amazonas quando a educação, a tecnologia e a inovação se encontram as distâncias são superadas e se tornam praticamente inexistentes”*.

Frente a essas questões, a [Secretaria de Educação do Estado do Amazonas](#) tem trabalhado em medidas estratégicas que

“  
**Nós estamos na janela do mundo.  
 Ao ampliar essas janelas, com certeza  
 estamos transformando vidas e  
 é isso que a educação via satélite  
 faz por aqui.**

Maria do Socorro Barros,  
 diretora do Centro de Mídias de Educação do Amazonas.

serão aplicadas de forma direta ou indireta em todos os 62 municípios da região potencializando a gestão de programas de formação destinados aos profissionais da educação, levando a mais de 20 escolas a certificação nas normas ISO 9001 e equipando as unidades de ensino com aparatos tecnológicos que contribuam com a gestão.

Para a diretora do Centro de Mídias de Educação do Amazonas, Maria do Socorro Barros, a educação deve ser para todos e com qualidade. *“Um termo usado com frequência para se referir à internet e suas possibilidades é ‘nós estamos na janela do*



*‘mundo’*. **Ao ampliar essas janelas, com certeza estamos transformando vidas, e é isso que a educação via satélite faz por aqui”**.

Serão alcançados cerca de 160 mil alunos com a ampliação dos programas de reforço e correção do fluxo escolar. Serão construídos 12 novos Centros de Educação de Tempo Integral e 20 escolas adaptadas para este modelo. Já a ampliação do Centro de Mídias, que leva o ensino via satélite para o interior do estado, beneficiará aproximadamente 15 mil estudantes de três mil novas comunidades rurais e ribeirinhas da região, além de expandir a capacidade do estado em gestão, monitoramento e avaliação da rede escolar.

## Educação infantil integral em Florianópolis

Florianópolis, capital de Santa Catarina, tem como meta alcançar até 2016 a cobertura universal da educação integral infantil por meio da modalidade de jornada escolar estendida. A cidade vai melhorar a infraestrutura escolar, expandir a cobertura da educação infantil, ampliar a formação continuada de todos os profissionais da educação, aperfeiçoar e inovar novas metodologias, promover ações que ampliam a cosmovisão das crianças, e atender alunos com deficiência física e mental.

*“O principal papel da universalização no ensino infantil é assumir a criança como ator principal no espaço educativo legitimando o direito dela estudar independente da classe social ou renda per capita”,* disse a supervisora escolar da educação infantil, Andréia do Carmo sobre a promoção e contribuição da educação de qualidade para o exercício da cidadania.

Serão construídas 27 creches, que atenderão mais de quatro mil crianças. Com isto, Florianópolis atenderá cerca de 60% das crianças em tempo integral. Quatro novas escolas do ensino fundamental e dois Centros de Inovação da Educação Básica



propiciarão o desenvolvimento de projetos inovadores em ciências, matemática, línguas portuguesa e estrangeira.

Para a coordenadora do programa, Sidneya Oliveira, o atendimento integral propiciará às famílias a possibilidade de se desenvolverem economicamente. *“As mães poderão*

*trabalhar, estudar, ter momentos de lazer, na certeza de que seus filhos estarão bem cuidados, alimentados e educados por profissionais qualificados”,* disse.

A iniciativa também exige um novo modelo de gestão, monitoramento e avaliação que busca o fortalecimento da capacidade da [Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis](#) para administrar a rede educacional. Essa será uma das primeiras experiências de monitoramento sistemático da qualidade da educação infantil do país, servindo como intercâmbio de conhecimento e modelo internacional em ensino com crianças até 14 anos.

# Números do desenvolvimento educacional integrado

## No Pará:

- Mais de 42 mil estudantes do ensino fundamental e médio serão beneficiados
- Correção do fluxo escolar com redução do índice de distorção idade-ano existente na rede de ensino

## No Amazonas:

- Cerca de 160 mil alunos serão beneficiados com a ampliação dos programas de reforço e correção do fluxo escolar
- Ampliação do ensino via satélite que beneficiará três mil novas comunidades rurais e ribeirinhas

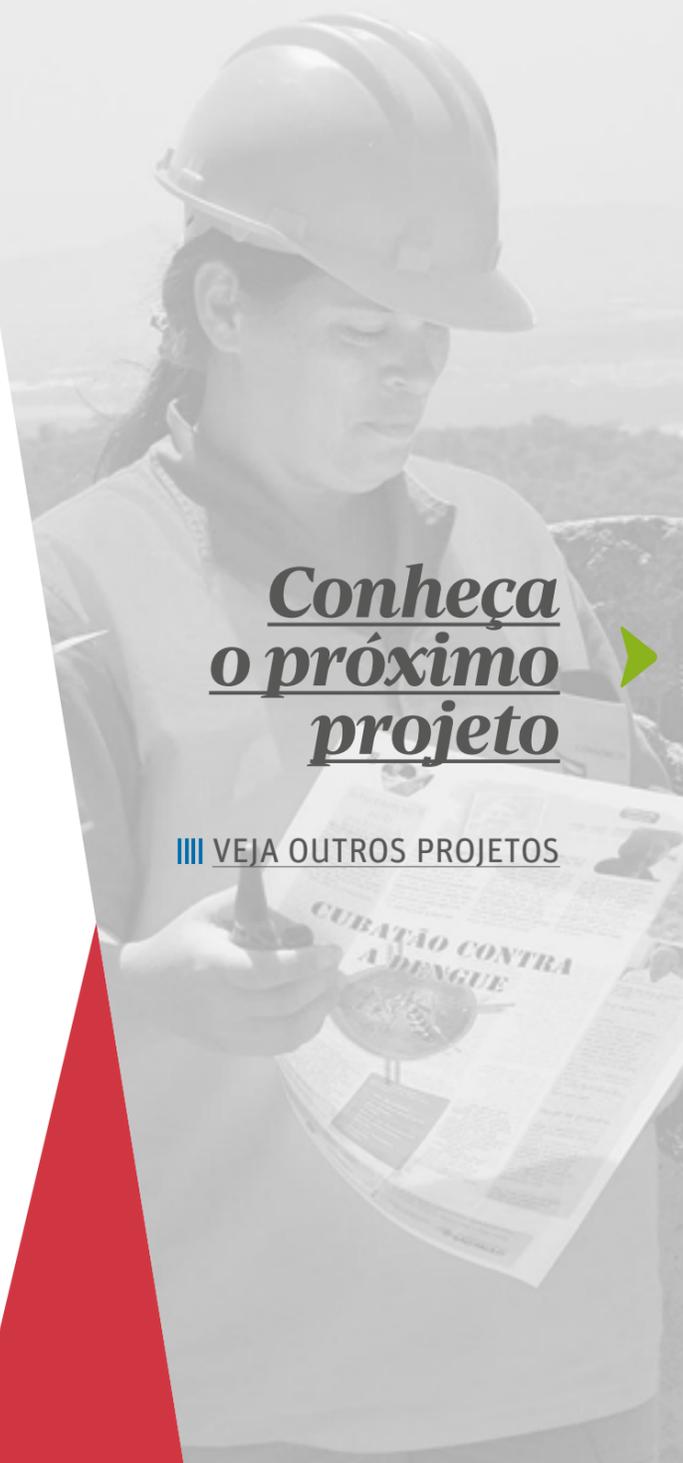
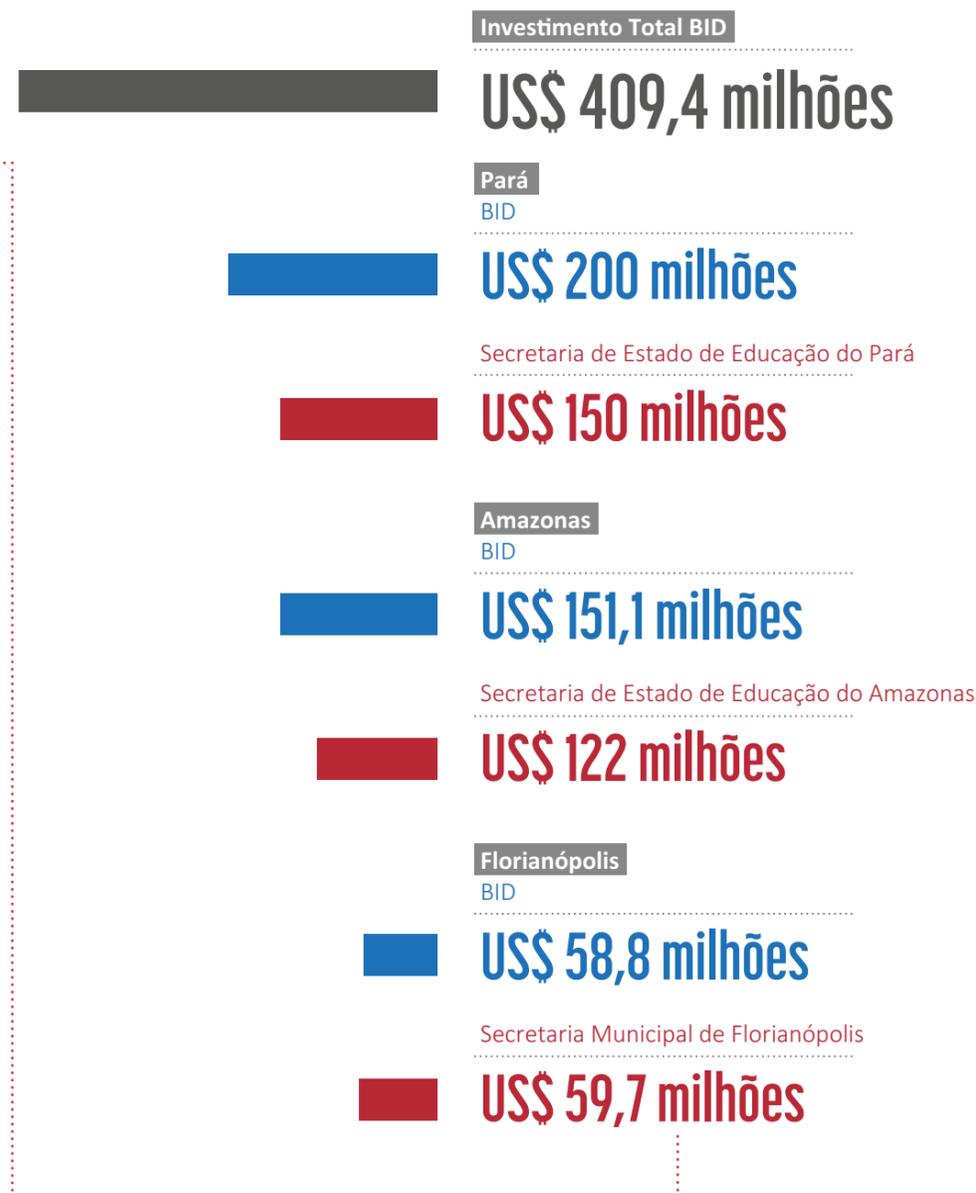
## Em Florianópolis:

- Melhora da infraestrutura, expansão da cobertura de ensino e formação continuada de todos os profissionais da rede educacional
- Universalização da educação infantil integral no município até 2016

**Especialista no Brasil:** Aimee Verdisco e Ryan Burgess

**Divisão de Educação**

**Projeto:** Pará - [BR-L1327](#) - Amazonas - [BR-L1328](#) - Florianópolis - [BR-L1329](#)



**Conheça o próximo projeto**

VEJA OUTROS PROJETOS

COMPARTILHE:





# Recuperação da Mata Atlântica na Serra do Mar: muitos projetos em um

Projetos sociais e acompanhamento individualizado promoveram até o momento o reassentamento voluntário de 4.500 famílias, diminuindo a pressão sobre a mata nativa.

III [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) ▶

**A Mata Atlântica brasileira** é considerada a floresta mais diversificada do planeta e também um dos biomas mais ameaçados, com apenas 7,5% de mata nativa restante no país. Ela provê serviços ecossistêmicos vitais para o litoral paulista, de água potável a proteção contra deslizamentos nas encostas íngremes da Serra do Mar.

Nesta região, a ocupação informal de áreas protegidas e inapropriadas por mais de 10 mil famílias nas últimas décadas, entre outros fatores, aumentou a pressão sobre o meio ambiente e desencadeou a degradação de áreas verdes e a poluição da água.



Para reverter este quadro, estado, o município de Cubatão e comunidades atuaram juntos sob uma metodologia de trabalho social intensivo, que, aliada à oferta de 15 modelos diversificados de moradia, entre casas e apartamentos, foi chave para a

transferência voluntária de 4.500 famílias a novas habitações até o momento, enquanto outras 1.023 tiveram suas moradias regularizadas e bairros consolidados.

Por trás destes números, a mata nativa já retoma seu espaço, ancorada em ações de fortalecimento da gestão ambiental e da Polícia Militar Ambiental, responsável pela fiscalização das áreas desocupadas. O trabalho demonstra que, para um projeto de recuperação ambiental conseguir resultados nestas condições, deve ir além da seara ambiental e se converter numa integração de projetos de distintas áreas por meio de um planejamento único desenvolvido por equipes multissetoriais.

O principal desafio foi criar condições para que as famílias, vivendo em uma área bucólica, com vista exuberante, se dispusessem a deixar suas casas. A superintendente de ações de recuperação urbana da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, Viviane Frost, coordenou o trabalho social junto às famílias, que foi fundamental para que este

movimento acontecesse. Segundo Frost, era necessário valorizar a comunidade, com vistas a fortalecer os laços ali presentes, e conseqüentemente a cidadania.



*“Estabelecemos o diálogo com a comunidade, discutimos os planos de urbanização, ao mesmo tempo em que se elegeram os líderes comunitários, atores fundamentais no tocante à conscientização e a organização da comunidade”, disse. O programa apoiou os cursos de formação para 68 agentes comunitários, que se tornaram promotores da recuperação socioambiental da Serra do Mar.*

Carlos Costa foi um destes líderes, e um

dos primeiros moradores dos bairros Cota, como foram nomeados, no início dos anos 80. Ele participou das reuniões de planejamento desde o princípio

e conta que não foi fácil resolver os conflitos.

*“Havia moradores que não queriam sair de jeito nenhum e o projeto precisava ser feito. A gente tinha que fazer um trabalho de conscientização das pessoas. Os mananciais estavam todos poluídos porque o pessoal usava como esgoto. Hoje*

*a natureza já começou a se recuperar. Se você for lá no Cota 400 vai ver que a natureza está voltando, inclusive a água”.*

O acompanhamento às famílias antes, durante e depois da mudança é uma constante. Para Carlos, que vive em sua nova casa desde 2011, as pessoas mudaram também. *“Eu mudei de bairro, mas não mudei de vizinho. A amizade é a mesma, mas os sonhos já são outros. A pessoa chega num apartamento com garagem e já cria a expectativa de como fazer para aumentar a renda, as pessoas procuram crescer”*.



fazer faculdade na área artística.

Também desde 2013, Regiane Rosário vive na nova casa com um casal de filhos. *“Ficou muito bom o acesso. Os meus filhos começaram na escola nova, a uma quadra da nossa casa.”* Ela faz parte das Fabricoteiras, grupo de artesãs do Nesdel que comercializa produtos como panos de prato, materiais escolares e infantis no centro da cidade e em feiras regionais. *“A gente descobriu que o principal aspecto da economia solidária é a organização. Fazemos compra coletiva e o custo é menor, e a cada participação em feira vamos corrigindo os erros. Outros parceiros vão promover feiras solidárias com a rede de cultura da cidade e eu estarei à frente do grupo. São portas e caminhos que a gente está construindo.”*

“

***Eu mudei de bairro, mas não mudei de vizinho.***

Carlos Costa,  
proprietário de nova casa desde 2011

técnicas de pinturas ensinadas; no Núcleo de Economia Solidária e Desenvolvimento Local (Nesdel), uma cooperativa na área de alimentação e artesanato que já está se mantendo de forma independente; e no Projeto ComCom, para a criação de programas de rádio e televisão pela comunidade, mostrando histórias de sua gente. [Os vídeos](#) e fotografias desta reportagem são de autoria do projeto.

O fortalecimento dos laços comunitários esteve amparado, entre outras ações, no Ateliê Arte nas Cotas, que ensina arte e artesanato nas comunidades e vem estampando a fachada de várias casas com as

Para Maria Betânia Sousa, os cursos do Arte nas Cotas foram um divisor de águas. *“Eu me considero uma artesã. Eu mesma posso fazer uma coisa que as pessoas vão gostar e eu posso gerar renda com isso. Quando vejo uma peça pronta eu sinto orgulho não só de mim, mas de todas as mulheres do ateliê. Lá eles acreditam que todo mundo é capaz”*, disse. A jovem se mudou para o condomínio em 2013 com os pais e irmãos, e agora quer

“

***Aqui a gente tem endereço. A gente faz compra e não precisa preocupar se vai chegar.***

Maria Betânia Sousa

## Retorno da mata nativa

**A**pós o reassentamento das famílias, o trabalho de recuperação ambiental que já vinha acontecendo ganhou mais intensidade. Houve a estruturação das unidades de conservação, tanto no aspecto físico, com a construção de guaritas e centros administrativos, quanto na sistematização das operações de fiscalização com a política ambiental.

O coordenador do programa, Fernando Chucre, conta que a partir da estruturação física do policiamento foi possível criar o sistema de fiscalização em termos operacionais. *“Definimos a frequência das rondas e a definição dos trajetos dos policiais a partir do georreferenciamento sobre onde estava acontecendo pesca ou caça irregular. Os dados vão direcionando o trabalho da polícia ambiental”*, disse.

Os avanços agora seguem para outras áreas do Estado. Os dados georreferenciados passaram a integrar a base de dados da Secretaria de Segurança Pública. *“O que nós aplicamos na Serra do Mar está sendo aplicado hoje no estado inteiro. Existe um novo fluxo de investimento para aprimorar este sistema, além dos equipamentos, viaturas, helicóptero e embarcações, fardas, GPSs e equipamento de uso diário”*, completou Chucre.

Ultrapassando os limites de Cubatão, as atividades passaram a ser planejadas no âmbito total da Mata Atlântica paulista, estendendo-se por todo o Parque Estadual da Serra do Mar, de norte a sul do Estado, para o território da Jureia-Itatins e para as Unidades de Conservação Marinha, chamando-se, a partir de então, Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica.

O processo de integração entre equipes não é automático. Os três parceiros principais do programa, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, a Fundação Florestal e a Polícia Militar Ambiental, são organizações com mandatos e dinâmicas institucionais próprias, além de prioridades profissionais divergentes. Compatibilizar estas diferenças e torná-las sinérgicas foi uma tarefa chave. O processo continua precisando da colaboração e disposição para inovação de diversos funcionários, porque só assim é possível oferecer um atendimento integral às famílias e às áreas protegidas pelo programa.

# Impactos do desenvolvimento integrado

- 4.500 famílias em novas moradias. Outras 3.000 famílias serão atendidas até o final do Programa
- 1.023 famílias com situação habitacional regularizada e bairros consolidados. Outras 1.000 serão beneficiadas também
- 68 agentes comunitários formados, que continuam atuando nas discussões e ações do programa
- 16.490 participantes dos projetos sociais entre dezembro de 2009 e março de 2014
- 45 hectares de mata nativa em recuperação, com previsão de mais 45 há em 2016
- 1,6 milhão de hectares de área sob fiscalização ambiental, entre áreas terrestres e marinhas

**Especialista no Brasil:** Annette Kilmer

**Divisão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Gestão de Riscos por Desastres**

**Sobre o projeto:** [BR-L1241](#)

Investimento Total

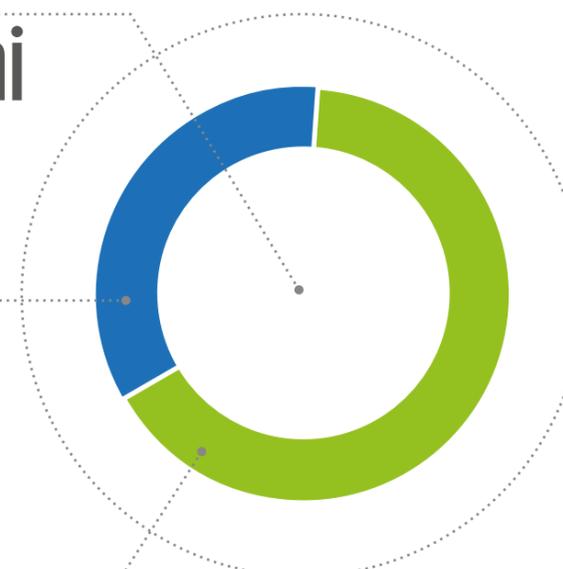
**US\$ 470 mi**

BID

**US\$ 162 mi**

Estado de São Paulo

**US\$ 308 mi**



**Conheça o próximo projeto**

VEJA OUTROS PROJETOS

COMPARTILHE:





CEARÁ

# *Conectando vidas e serviços*

*no interior e nos  
grandes centros*

Em prática desde 1990, programa interligou 100% das cidades do estado, além de pavimentar mais de 1.400 quilômetros de vias. Por onde passa, o programa une a melhoria da qualidade de vida das pessoas das regiões ao crescimento econômico.

||| [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) ▶

**Q**uem passa pela rodovia CE-040, que possibilita que turistas do mundo todo deixem Fortaleza para visitarem praias como Beberibe, Morro Branco e Fontes, não imagina do que um bom projeto de pavimentação é capaz. Se por um lado, uma estrada lisa e bem sinalizada facilita a vida de turistas, por outro, muda de vez a vida de quem mora naquela região.

**Hoje, é possível buscar trabalho, moradia, acesso a serviços e produtos em várias localidades de uma mesma região, assim como escoar produções, fechar negócios e até realizar exportações.**

*“Sem essa estrada, não seria possível escoar tantas toneladas de peixe diariamente”,* diz Felinto Souza, engenheiro de pesca da Ágape Pescados, na cidade de Cascavel. Ele é o responsável pela produção de 20 toneladas mensais de tilápia, e como outras pessoas da região, mora em uma cidade e trabalha em outra. Ele mora em Aquiraz, distante aproximadamente 40 quilômetros do seu local de trabalho. Tanto ele quanto a Ágape Pescados, são mais dois, entre tantos exemplos de indivíduos e empreendimentos impactados positivamente pela integração de cidades cearenses por estradas vicinais e rodovias.

Mesmo próximas, com poucos quilômetros de distância, muitas cidades do estado até o começo de 1997 não se completavam como hoje, devido a problemas de acesso entre uma e outra. Hoje, com o programa de rodovias do Ceará, é possível morar em uma localidade e trabalhar em outra, estudar em um local diferente de onde se vive, e também fica mais fácil escoar a produção artesanal, industrial e agrícola, em diferentes regiões do estado.

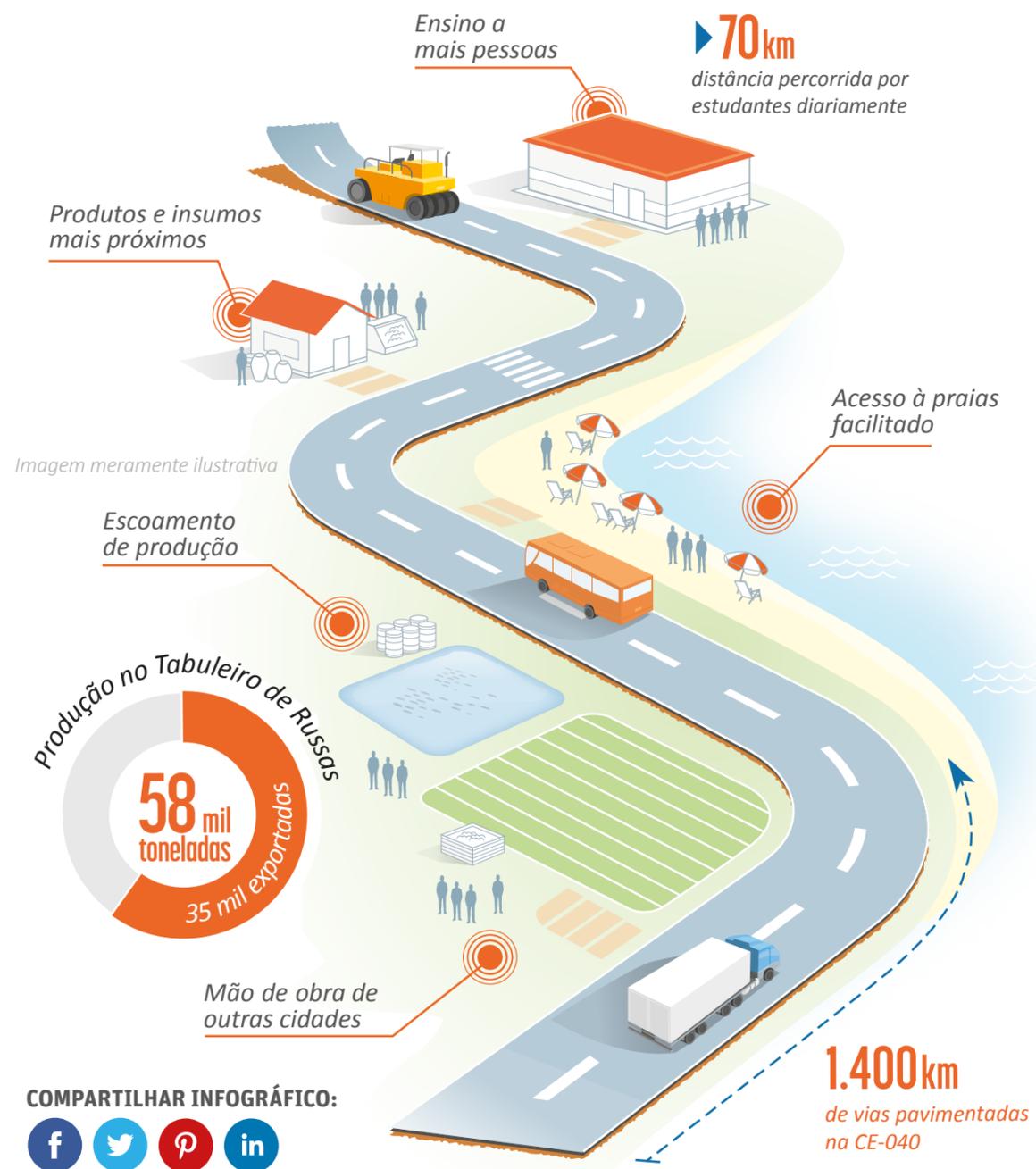
Jhowferson Borges e Jheyferson Borges, irmãos gêmeos, tem garantido um futuro **“dos sonhos”** para suas vidas, que não seria possível sem a melhoria da antiga estrada que liga Morada Nova a Quixadá. Os dois, com 18 anos, cruzam diariamente os 70 quilômetros que separam uma cidade da outra para cursar educação física, na Universidade Católica de Quixadá. *“Eu estou adorando, muito animado, nem acredito”,* conta Jhowferson, que nunca imaginou que poderia realizar o sonho de se formar em educação física. *“Estou cheio de planos”,* complementa Jheyferson.

Com eles, outros 400 estudantes se preparam para seguirem carreiras que antes não poderiam exercer, como Geyza Pinheiro, que trabalha durante o dia e à noite estuda Ciências Contábeis, também na Universidade Católica de Quixadá.



**“**  
**Eu tinha esse sonho e consegui alcançá-lo, levo tudo muito a sério e gosto do que faço.**

Geyza Pinheiro



No perímetro de Tabuleiro de Russas, área de agricultura irrigável que abrange parte dos municípios de Russas, Limoeiro e Morada Nova, é fácil observar a relevância das estradas que interligam o estado, em diversas frentes. Sem elas, não seria possível comprar os insumos para a produção a custos operacionais, assim como escoar tudo o que foi plantado e colhido em tempo hábil e a preços competitivos. Também não seria viável contratar mão de obra para o trabalho nas lavouras, pequenas e médias, uma vez que as cidades estão há quilômetros de distância. Mais de cinco mil pessoas trabalham hoje nas lavouras do Tabuleiro de Russas.

“  
Não daria nunca para morar no campo, eles precisam estudar. Com a rodovia, fica fácil vir de moto para o trabalho todos os dias e cuidar de tudo, antes não daria para fazer isso.

José Roberto de Lima



José Roberto de Lima tem oito hectares naquela área, onde planta goiaba e banana, principalmente. Ele mora em Limoeiro do Norte e viaja diariamente cerca de 80 quilômetros (entre a ida e a volta) de motocicleta, para cuidar de sua produção. Na cidade, ele e a esposa cuidam dos seis filhos.

**Klinger Simões Dantas** é o coordenador de assistência técnica do Tabuleiro de Russas e conhece como ninguém todos os aspectos técnicos, sociais e econômicos daquela área. Responsável por repassar aos produtores rurais as capacidades técnicas para um bom plantio e colheita, ele também ajuda a viabilizar e fortalecer o comércio da produção. Para isso, vários produtores se juntaram e criaram a Central de Frutas do Tabuleiro de Russas, a CEFRUTAR, da qual ele é diretor-administrativo.

Ele chega a afirmar que sem as melhorias das estradas vicinais da região e também da rodovia que liga Russas a Fortaleza, os negócios ali não seriam viáveis.

Para ele, as estradas também trouxeram benefícios regionais como a diminuição do êxodo rural e uma melhor qualidade de vida para as pessoas do entorno, uma vez que atualmente é possível buscar saúde, educação, produtos e insumos na própria região, sem a necessidade de se deslocar por quase 200 quilômetros para chegar até a capital do estado, Fortaleza.



“  
**A agricultura trabalha com prazos muito curtos e os produtos são também muito delicados e, por isso, só com estradas boas é que conseguimos oportunidades rentáveis.**

José Roberto de Lima

No caso do Tabuleiro de Russas, a produção atinge já a casa das 58 mil toneladas anuais, de produtos como banana, mamão, melancia, melão, goiaba, cacau, entre outros. Desse total, 35 mil toneladas são exportadas para países da Europa.

**As pessoas que trabalham com turismo**, uma das principais atividades econômicas do estado, também percebem os impactos do programa. Ao longo da rodovia CE-040, que foi duplicada, pequenas cidades, engenhos, empreendimentos imobiliários, empresários do segmento turístico, artesãos, entre outros, ganharam vida e movimento após as melhorias com a pavimentação, as faixas de pedestre, as paradas de ônibus, a sinalização e os medidores de velocidade ali instalados.

A quarta fase do programa deve ser iniciada em 2014 e seguirá os mesmos objetivos das fases anteriores, de promover a integração econômico-produtiva e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do estado. As obras a serem englobadas na nova fase também receberão serviços como conservação e recuperação, revestimentos, recapeamentos específicos, drenagem, reciclagem de pavimento e sinalização horizontal. Em 2013, o DER do Ceará recuperou 332 quilômetros de rodovias.



# Impactos do desenvolvimento integrado

- Promoção da acessibilidade em todo o estado, com foco na qualidade de vida das pessoas menos favorecidas
- Redução do êxodo rural e facilitação dos serviços de educação, saúde e turismo
- Priorização da mão de obra local nas obras
- Interiorização das indústrias no estado
- Participação popular na fase de planejamento do programa, de forma a priorizar as pavimentações e melhorias em locais com maior impacto social
- 1.400 quilômetros de vias pavimentadas, entre rodovias e estradas vicinais

**Especialista no Brasil:** Karisa Ribeiro  
**Divisão de Transportes**  
**Sobre o projeto:** BR-L1181

Investimento Total

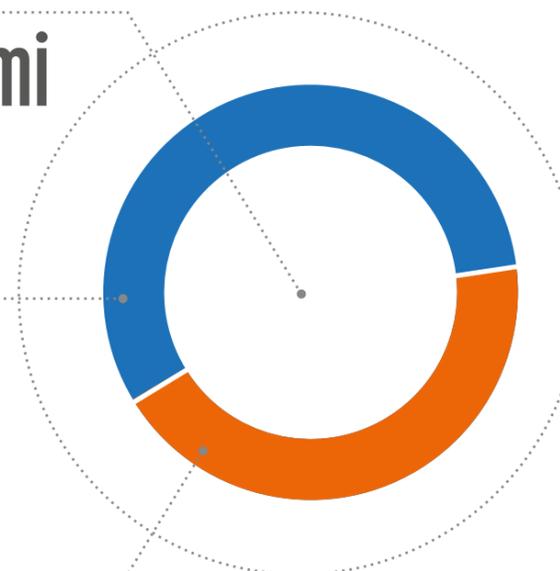
**US\$ 632,8 mi**

BID

**US\$ 362,6 mi**

Governo do Ceará

**US\$ 270,2 mi**



**Conheça o próximo projeto**

VEJA OUTROS PROJETOS

COMPARTILHE:





CEARÁ E PARAÍBA

# Gestão fiscal: *Investindo na eficiência*

Aprovada em 2008, a linha de crédito PROFISCO tem contribuído para a integração dos fiscos e para a modernização da gestão fiscal dos estados brasileiros por meio de investimentos em capacitação, consultorias, equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. Como resultados, o aumento da arrecadação dos estados, a maior transparência da gestão pública, o acesso a informações pelos contribuintes, bem como a utilização da internet para o recolhimento de tributos, entre outros.

||| [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) >

**G**randes obras, investimentos em programas de atenção social, prestação de serviços de saúde com qualidade, novas escolas, são exemplos conhecidos de investimento em desenvolvimento, que resultam, ao final, na melhoria de vida das pessoas. Mas existe um tipo bem específico de investimento, difícil de ser percebido pela maioria da população, e que é crucial para que todas as outras frentes de políticas públicas sejam efetivas: a melhoria da gestão fiscal.

Modernizar os sistemas de arrecadação e de gastos dos estados requer equipamentos de tecnologia de grande porte, softwares próprios voltados para a integração de todas as áreas governamentais, capacitação de funcionários e usuários em larga escala e, por fim, investimentos em reformas de unidades de atendimento, contratação de consultorias e aquisição de muitos equipamentos.

A atenção a essa modalidade de investimento público gera ganhos expressivos para os estados brasileiros, com resultados concretos relacionados à melhor gestão de receitas, aumento da eficiência dos gastos públicos, melhores controles de gastos e transparência, além de tornar mais fácil o atendimento ao público.

Hoje, praticamente todos os estados brasileiros aplicam recursos na modernização da gestão fiscal. Vinte e um deles já são beneficiários do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), uma linha de crédito condicional do BID aprovada em 2008 e que financia capacitação, serviços de consultoria, reforma e modernização de unidades operacionais e de atendimento ao contribuinte, além de aquisição de equipamentos de informática, sistemas e materiais.



**A Paraíba é um dos estados que já tem projeto assinado.** Até 2012, poucos órgãos estaduais eram interligados por sistemas financeiros. Dessa forma, era difícil obter uma radiografia exata sobre as contas de governo, o que dificultava também o planejamento de ações e políticas públicas. Em 2013, o estado investiu fortemente em aquisição de um novo data center, que possibilitou os primeiros passos no sentido de melhorar os sistemas de arrecadação, gastos e gestão. Foram aplicados US\$ 1,4 milhão nos anos de 2012 e 2013 em tecnologia, em itens como a ampliação da rede de dados e renovação dos computadores de uso pessoal, bem como a capacitação dos usuários.

Na prática, essa medida impactou diretamente a vida de caminhoneiros de 90 empresas da Paraíba, responsáveis pelo transporte de 70% da carga que passa pelas fronteiras. Em novembro de 2013, entrou em funcionamento o sistema que permite que as notas fiscais das mercadorias das empresas com base na Paraíba possam ser emitidas e checadas antes de serem transportadas.

Kleberson Santos Rodrigues, motorista-carreteiro, comemora a mudança. *“Era inacreditável o que passávamos ali, horas e horas, quase sempre o tempo que ficávamos lá era maior do que o percurso da viagem”*, conta. Para Arlan Rodrigues, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas da Paraíba e proprietário da Transportes Marajó, a nova tecnologia mudou a vida

de todos. *“Foram muitos anos de espera, mas valeu muito a pena, agora podemos trabalhar com padrões competitivos e até com um planejamento maior, pois antes nunca sabíamos quando poderíamos entregar a mercadoria que estava no caminhão”*, relata.

Em termos financeiros, o aprimoramento da tecnologia já rendeu frutos ao estado.

Segundo o secretário da Receita do Estado da Paraíba, Marialvo Filho, a arrecadação estadual é o principal resultado da melhoria do ambiente fiscal local, com um crescimento de 16% em 2013 em relação ao ano de 2012. *“Agora o horizonte de atuação é imenso, existem muitos outros planos para melhorarmos ainda mais no que diz respeito à arrecadação com qualidade de atendimento”*, comenta.

“  
**Agora o horizonte de atuação é imenso, existem muitos outros planos para melhorarmos ainda mais no que diz respeito à arrecadação com qualidade de atendimento.**”

Marialvo Filho, secretário da Receita do Estado da Paraíba.



**B**em ao lado da Paraíba, o estado de Pernambuco também já investiu há mais tempo – desde 2011 – nas frentes abertas recentemente pelo seu vizinho mas também em outras novidades. Os recursos voltados para a tecnologia, como servidores e outros equipamentos de dados, além de softwares, já renderam resultados concretos. E o novo portal da Secretaria de Fazenda, lançado no final de 2013, registrou no primeiro mês de funcionamento, quase 140 mil visitantes únicos. Entre 2011 e 2013, foram aplicados no programa aproximadamente R\$ 15,5 milhões.

Em Pernambuco, estão sendo feitas também reformas em unidades de atendimento ao contribuinte, como a de Olinda e a do Aeroporto Internacional de Recife. Elas foram aprimoradas com o objetivo de aumentar o conforto dos funcionários e dos contribuintes, bem como obedecer aos padrões de acessibilidade e de qualidade do atendimento.

**Outros investimentos em Pernambuco:**

Reforma de cinco unidades de atendimento até o final de 2014

Aquisição de 27 novas viaturas

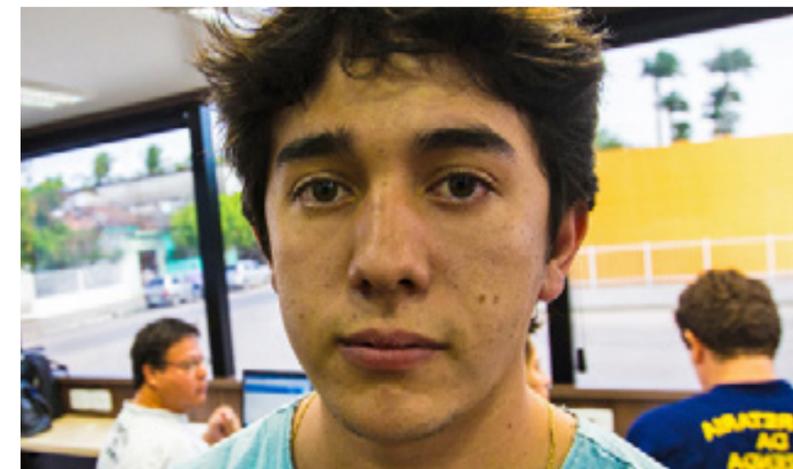
Contratação de consultoria para elaborar plano de gestão por competências

Uma das grandes inovações do PROFISCO em Pernambuco é a unidade móvel de fiscalização; uma carroceria de caminhão, dotada de ferramentas e acessórios e que foi especialmente concebida para abrigar toda a infraestrutura necessária para a execução de trabalhos de fiscalização em ponto fixo não permanente. A unidade conta, entre outras comodidades, com duas salas climatizadas com 12 estações de trabalho, dormitório, sanitário, copa e ainda elevador de acesso a pessoas com deficiências.

Possui completa estação multimídia para o uso de recursos audiovisuais em aulas

ou para reuniões. Na unidade móvel são preparadas operações de fiscalização assim como oferece atendimento aos cidadãos que possuem dúvidas e pequenos problemas com o fisco estadual, podendo saná-los em suas próprias cidades, sem a necessidade de irem aos postos de atendimento em outras localidades.

O empresário Ramon Oliveira, com apenas 18 anos e proprietário de um comércio de embalagens em Carpina, aproveitou a passagem da unidade móvel para regularizar algumas notas fiscais. *“Se eles não tivessem vindo até aqui, eu iria demorar muito mais para acertar a minha situação e, por isso, além de gastar muitas horas para me deslocar até a capital, iria pagar mais multa”*, diz, após ser atendido por um dos auditores da Fazenda de Pernambuco.



“  
*Se eles não tivessem vindo até aqui, eu iria demorar muito mais para acertar a minha situação e, por isso, além de gastar muitas horas para me deslocar até a capital, iria pagar mais multa.*”

Ramon Oliveira

# Impactos do **PROFISCO** nos Estados

- Melhoria na gestão pública
- Transparência fiscal
- Acessibilidade às informações sobre tributos e acesso a pagamentos eletrônicos
- Melhor possibilidade de planejamento de políticas públicas a partir da análise das informações dos bancos de dados integrados
- Otimização das operações de fiscalização e consequente diminuição da evasão fiscal
- Constante troca de experiências e produtos gerados no âmbito do PROFISCO

## Projetos assinados, 21 estados e o governo federal

Investimento Total

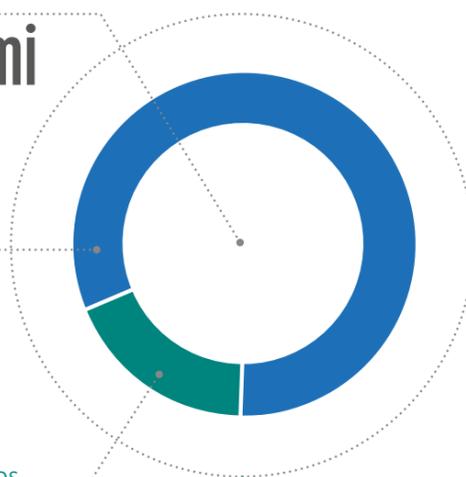
**US\$ 684,2 mi**

BID

**US\$ 565,5 mi**

Contrapartida dos Estados

**US\$ 118,7 mi**



## Projetos aguardando assinatura de contrato, 6 estados

Investimento Total

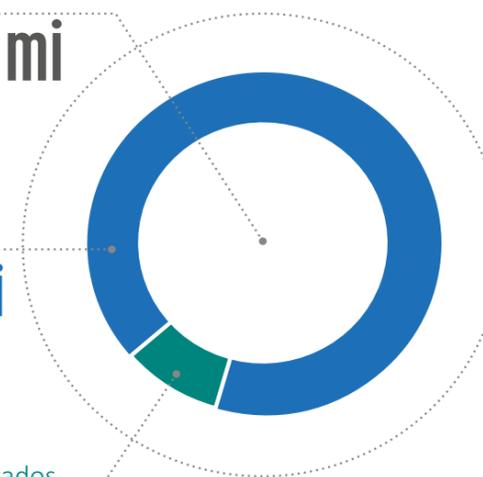
**US\$ 124,6 mi**

BID

**US\$ 112,6 mi**

Contrapartida dos Estados

**US\$ 12 mi**



**Conheça  
o próximo  
projeto**

VEJA OUTROS PROJETOS

**Especialista no Brasil:** Maria Christina MacDowell

**Divisão de Gestão Fiscal e Municipal**

**Sobre o projeto:** PROFISCO Paraíba - [BR-L1208](#) e PROFISCO Pernambuco [BR-L1165](#)

COMPARTILHE:





BRASÍLIA / DF

# *Pode contar com eles.*

*E pode fazer  
auditoria com  
eles também.*

Tribunais de contas se integram e adotam nova abordagem nas auditorias, com foco na eficiência dos serviços prestados aos cidadãos.

||| [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) ▶

**A**o final dos anos 90, o Brasil conseguiu controlar a hiperinflação com a adoção de várias medidas previstas no Plano Real, entre elas o ajuste fiscal, amparado em grande parte pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A LRF obriga a União, estados e municípios a apresentarem suas finanças detalhadamente aos respectivos tribunais de contas, introduzindo limites de gastos e mudanças na maneira como é conduzida a gestão financeira dos três níveis de governo.



Entretanto, os tribunais de contas estaduais e municipais não tinham capacidade suficiente à época para auditar seus respectivos poderes executivos, legislativos e judiciários à altura da nova lei, além de se mostrarem muito heterogêneos em normas e procedimentos de auditorias, que são a essência do controle externo.

Foi neste marco que surgiu o PROMOEX, um programa para integrar os 33 tribunais participantes e a União, harmonizar os procedimentos e modernizar o modelo de trabalho daqueles que acompanham se o recurso público foi aplicado corretamente. O desafio tinha proporções continentais e para fazer com que a engrenagem funcionasse, os próprios tribunais definiram a agenda de temas que precisariam ser melhorados, em diálogo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com o Banco.

A coordenadora do PROMOEX pelo mi-

nistério, Heloísa Pinto, conta que era necessário fortalecer os vínculos entre os tribunais, e deles com o governo federal. *“Os tribunais eram ilhas e algumas resoluções foram importantes para ajudar neste processo, como a criação do manual de receita e despesa e os relatórios de gestão fiscal. Era comum no passado, os tribunais enquadrarem determinados tipos de despesa de forma diferente. Precisávamos padronizar e isto era um desejo de todos”*.

Por entenderem estas e outras necessidades, os tribunais priorizaram áreas de ação como a integração entre si e com o governo federal, o planejamento e o controle gerencial, a gestão dos recursos humanos, a harmonização dos procedimentos e processos de trabalho, além de melhorias na tecnologia da informação.

Foram criados oito grupos temáticos para tratar dos temas principais, com representantes de vários tribunais. Cada grupo discutia e propunha aos demais as melhorias a serem adotadas e seus respectivos planos de ação, com prazos, orçamento e planejamento, o que incluía capacitações ao quadro técnico, normatização de novos procedimentos, sobretudo para atender à

LRF, e ampliação do uso de tecnologias da comunicação.

Enquanto as soluções técnicas contaram com o apoio do Instituto Rui Barbosa, a Associação de Tribunais de Contratos (ATRICON) atuava para defender os avanços institucionais dos tribunais. Os grupos demonstraram tanta eficiência que acabaram sendo incorporados aos tribunais independentemente do programa, transformando-se em comitês técnicos fixos.

*“Hoje todos os tribunais possuem planejamento estratégico e isso é muito importante. Dentro dos tribunais de contas está o maior número de informações da gestão pública”*, complementa Heloísa. Os tribunais passaram a compartilhar entre si as soluções de tecnologia, além de realizarem auditorias conjuntas.

## Uma nova cultura

O momento de reorganizar a casa foi crucial para que os tribunais colocassem em prática novas posturas. A principal foi integrar o trabalho de controle a todo o ciclo da gestão pública. Enquanto antes o tribunal era acionado para auditar projetos já finalizados, desde a implantação do programa eles fazem parte de todas as etapas dos processos contratuais, evitando possíveis falhas logo no início, evitando o uso indevido de recursos públicos.

Para o coordenador do programa por parte dos tribunais, Genélio Jorge, do TC/DF, criou-se uma nova mentalidade para o controle externo. *“A atuação do tribunal saiu do aspecto estritamente legal e passou a ser parte da gestão pública de maneira mais abrangente. No*

*passado, nos restringíamos a checar se uma licitação foi feita de maneira correta. Hoje, trabalhamos de forma a criar condições para que a sociedade possa acompanhar o processo, produzindo os resultados das auditorias com uma linguagem mais acessível. Quando a sociedade tem a informação, ela cobra.”*



“  
**Quando a sociedade tem a  
informação, ela cobra.**

Genédio Jorge, Tribunal de Contas do Distrito Federal

Iniciativas como o [Portal Nacional do Controle Público](#); o “[Cadê a minha obra](#)”, no Distrito Federal; o [GEO-OBTRAS](#), no Mato Grosso; e o [Portal da Cidadania](#), na Paraíba são exemplos do que os tribunais vem fazendo para tornar mais acessíveis os resultados das auditorias aos cidadãos.

Não apenas a maneira de apresentar os resultados mudou, mas a condução da auditoria. Além do cumprimento contratual, agora os auditores avaliam se o investimento foi eficiente e se os beneficiários finais foram realmente atendidos. A esta modalidade foi dado o nome de auditoria operacional, uma mudança de paradigma na fiscalização de controle externo. À medida que os técnicos foram participando das capacitações, passaram a adotar esta modalidade de auditoria.

Selva Cavalcanti, do TC/GO, coordenadora do grupo de auditoria, conta que além de ajudar a sistematizar o processo, a au-

ditoria operacional aponta falhas e acertos, contribuindo para que iniciativas futuras de investimentos sejam melhoradas. *“Em determinados temas, como renda cidadã ou bolsa universitária, a gente reúne os beneficiários ou suas famílias em grupos, e buscamos entender como eles conseguiram acesso ao benefício, se ajudou efetivamente”.*

A estrutura do PROMOEX, dividida em componentes nacional e local, permitiu ao mesmo tempo criar soluções compartilhadas para o conjunto dos tribunais de contas do Brasil, e responder às particularidades de cada um. Com uma nova estrutura e dinâmica de funcionamento, os tribunais se voltaram para a sociedade, disponibilizando informações, criando portais de transparência, transformando-se em ferramentas de cidadania.

## Controle social

Um exemplo de participação social ampla aconteceu no estado do Paraná. Atendendo a um convite do TC/PR, 300 alunos e 50 professores de sete universidades receberam capacitação e foram a campo trabalhar com os auditores. Nove municípios passaram pela [auditoria social](#), em temas elegidos pelos acadêmicos, como saúde, educação, meio ambiente e gestão, entre outros.

Fernando Guimarães, conselheiro do TC/PR, conta que depois da iniciativa a Universidade de Maringá incluiu a disciplina de gestão pública no currículo.

A nova fase, em 2014, tem como foco a disponibilidade de informação por parte dos municípios paranaenses. Os estudantes receberam capacitação pela Internet e [vão avaliar junto com os auditores se os portais municipais estão cumprindo a Lei de Acesso à Informação](#), que entrou em vigor em 2012.



“

*Faltavam informações de qualidade para que a sociedade entendesse e se motivasse a discutir com seus representantes o destino e aplicação dos recursos. Os relatórios produzidos por eles foram julgados pelo tribunal, e em seguida discutidos com a sociedade.*

Fernando Guimarães, conselheiro do TC/PR

# Impactos do desenvolvimento integrado

- 33 tribunais de contas participantes
- Implantação da auditoria operacional, que vai além do cumprimento contratual e avalia eficiência e eficácia dos investimentos
- Fortalecimento do sistema de controle externo como instrumento de cidadania
- Estímulo ao controle e participação social

**Especialista responsável:** Francisco Javier Urra  
**Divisão de Capacidade Institucional do Estado**  
**Sobre o projeto:** [BR-0403](#)

Investimento Total

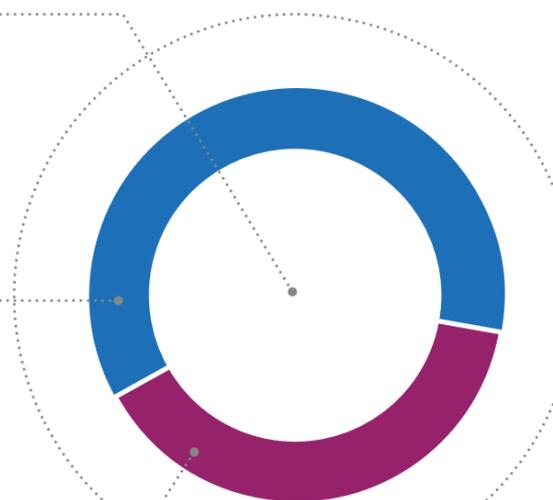
US\$ 64 mi

BID

US\$ 38,6 mi

Governo Federal

US\$ 25,4 mi



**Conheça o próximo projeto**

**VEJA OUTROS PROJETOS**

COMPARTILHE:





MINAS GERAIS

# Competitividade para a fruticultura mineira

A partir de capacitações e prospecção de mercado, fruticultores do norte de Minas Gerais começaram a comercializar para a Europa e já registraram 45% de aumento da exportação entre 2012 e 2013

III [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) ▶

**S**ete Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Minas Gerais vem recebendo investimentos de US\$ 16,7 milhões, orientados a estimular a competitividade de pequenas e médias empresas do estado. Os recursos são aplicados em capacitações e na busca por mecanismos de inovação, bem como a articulação dos APLs com outras empresas e instituições governamentais em níveis estadual e federal.

O polo de fruticultura do norte do estado, entre as cidades de Jaíba, Janaúba e Verdelândia, é um destes arranjos, em que os produtores vem percebendo as vantagens de se adotar uma postura empresarial para o trabalho no campo. Produtores estão juntando forças e otimizando recursos para melhorar a produção, a comercialização e os lucros de suas propriedades, promovendo uma transformação profunda na fruticultura da região. Alguns destes agricultores estão instalados no Perímetro Irrigado do Jaíba, que compreende 2.837 propriedades de tamanhos diversos em 65 mil hectares dotados de canais de irrigação a partir do Rio São Francisco.

Saulo Bresinski, que cultiva bananas em Jaíba desde 2008, é um dos produtores que vivem – e fazem – essa transformação. Em 86 hectares, e com cerca de 30 funcionários, ele produz aproximadamente 2.700 toneladas de banana-prata e nanica. *“Aqui fica viável produzir porque temos a água da irrigação, um solo muito fértil e pouca chuva, o que propicia o plantio e a colheita o ano todo”*, explica.



“  
***Não adianta apenas entender da terra, estamos agora correndo atrás de aprender a fazer da agricultura um verdadeiro negócio, com uma visão empresarial em todas as frentes, desde cálculos de custos, planejamento, contatos com novos compradores até as possibilidades de adequação a mercados exportadores.***”

Saulo Bresinski, produtor



Além de Saulo, outros 40 produtores participaram de uma rodada de capacitações entre 2012 e 2013, com dezenas de palestras e oficinas sobre gestão de pessoas, gestão empresarial e financeira previstas no programa. A fim de criar as condições de aplicação dos novos conhecimentos, foram realizadas ações de inteligência produtiva, como a promoção de viagens de conhecimento e prospecção a mercados externos e a contratação de uma consultoria para a construção de um plano de trabalho completo para o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Fruticultura, com componentes sociais, ambientais e de inovação e gerenciamento de marca. O resultado deste esforço vem em números. Desde

que começaram as capacitações, as exportações cresceram 45% e o volume embarcado aumentou 26%.

Outro resultado expressivo do trabalho realizado junto aos produtores do Jaíba é a obtenção do Global Gap, selo que permite a exportação de frutas para a União Europeia. Para consegui-lo, o grupo teve que reformar padrões de produção, aperfeiçoando-os para os mais elevados níveis de qualidade. Jorge de Souza possui 90 hectares de plantação de banana e também preside a Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas (Abanorte), e se impressiona com a mudança de mentalidade dos produtores antes e depois dos cursos.

“  
***Eu definiria em uma palavra o que mudou: organização. E essa é uma verdadeira mudança, porque agora muitos colegas da região sabem que estavam perdendo oportunidades e dinheiro, e aprenderam como evitar isso.***”

Jorge de Souza



nos cursos de gestão. Passeando pela sua fazenda, ele narra a revolução de sua produção: *“aqui transformamos muita coisa, nossa vida modificou. Agora temos um espaço melhor para os funcionários, definimos as regras e deixamos tudo bem explicado para todo mundo, além de planejar melhor os passos da produção, o recolhimento dos impostos, o que entra e o que sai”*. Somando-se a outras propriedades, a manga palmer por exemplo, passou de 100 toneladas embarcadas em 2012 para 700 toneladas em 2013, enquanto mais de quatro mil toneladas de limão foram embarcadas em 2013.

Ele, que tem muita experiência em gestão do setor privado, pois trabalhou por décadas em uma multinacional do setor de agronegócios, conta que hoje o trabalho de mobilização da Associação está muito mais produtivo, uma vez que os associados agora entendem que o que fazem é uma atividade empresarial, só que no campo, o que antes não acontecia muito.

Darcy Glória, 82 anos, mostra com orgulho as inovações feitas em sua propriedade, onde planta principalmente manga e limão, após o que aprendeu



**A** *lém de cursos*, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), responsável pela execução do programa, realiza um acompanhamento e um planejamento conjunto dos próximos passos junto aos produtores. Uma das decisões tomadas de forma coletiva foi a contratação de uma grande empresa de consultoria para um estudo detalhado sobre quais obras deveriam ser feitas de forma a otimizar a malha rodoviária da região e encurtar caminhos para o escoamento das frutas para os grandes centros e pontos de exportação (portos e aeroportos). O mapeamento realizado encontrou diversas oportunidades de obras de pavimentação e construção de estradas, de forma a encurtar vários percursos e, conseqüentemente, diminuir preços e aumentar a produtividade.

#### APLs contemplados:

Fruticultura (Jaíba e região)

Móveis (Ubá e região)

Fundições (Divinópolis e região)

Calçados e bolsas (Belo Horizonte e região)

Biotecnologia (Belo Horizonte e região)

Eletroeletrônicos (Santa Rita do Sapucaí e região)

Calçados (Nova Serrana e região)

A mesma metodologia de trabalho implementada pela FIEMG na região do Jaíba é aplicada nos outros seis APLs no estado de Minas Gerais (veja lista ao lado) apoiados pelo programa. Segundo Simone Porto, gerente de Desenvolvimento Industrial da Federação, o trabalho mostra que aplicar um modelo mais horizontal de gestão, que prevê não apenas a excelência naquilo em que se é especializado, mas em toda a gama de cuidados administrativos e promocionais, é o maior desafio. *“Mas já estamos colhendo resultados muito interessantes, como o de um empresário de biotecnologia que remodelou a empresa ao perceber que a área de venda estava completamente desconectada da área de produção. São muitos casos assim, de evolução, e isso é o que mais precisamos para aumentar a competitividade conforme o planejado”*, conclui.



# Impactos do desenvolvimento integrado

- Reforço da produtividade de 250 empresas em 1.200 atendimentos em setores estratégicos a partir de ações de capacitação
- Articulação dos empresários dos sete APLs com outras empresas e instituições governamentais em níveis estadual e federal
- Exportações de frutas cresceram 45% entre 2012 e 2013
- O volume embarcado aumentou em 26%
- Aumento de 100 toneladas de manga palmer embarcadas em 2012 para 700 toneladas em 2013
- 65 capacitações realizadas, entre gestão empresarial, financeira e de pessoas
- 250 empresários capacitados, destes, 45 do polo de fruticultura
- 1.200 atendimentos de reforço à competitividade industrial, através de ações nas áreas de capacitação, tecnologia e inovação, desenvolvimento sócio ambiental, logística, comercialização e prospecção de mercado e fortalecimento da governança local
- 4 mil toneladas de limão embarcados para o exterior em 2013

Investimento Total

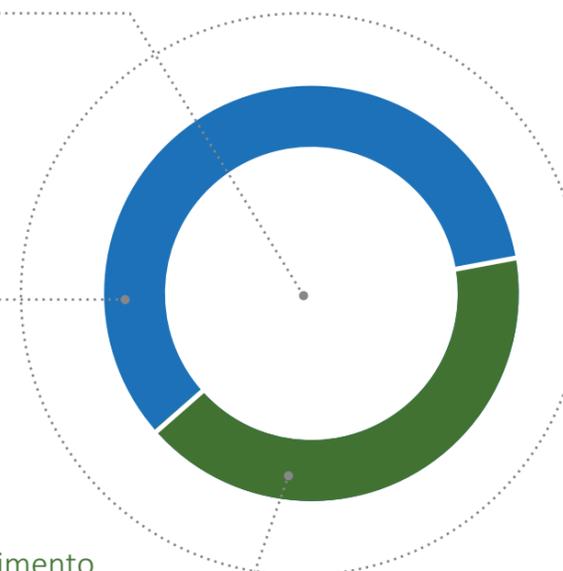
US\$ 16,7 mi

BID

US\$ 10 mi

Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE) por meio da Federação de Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) e SEBRAE

US\$ 6,7 mi



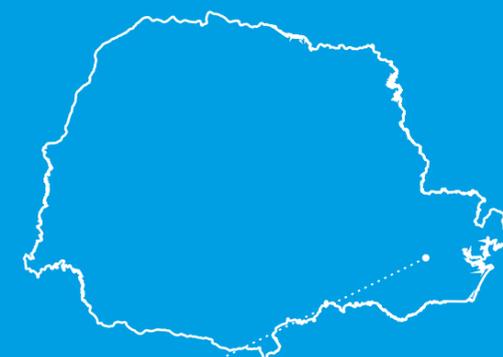
**Conheça o próximo projeto**

VEJA OUTROS PROJETOS

**Especialista no Brasil:** Vanderleia Radaelli  
**Divisão de Competitividade, Tecnologia e Inovação**  
**Sobre o projeto:** [BR-L1021](#)

COMPARTILHE:





CURITIBA / PR

# Equilibrando informações de mercado para fortalecer o crédito produtivo

Ao facilitar informações entre compradores e fornecedores, iniciativa promove crédito em condições competitivas para micro e pequenas empresas. Mais de 700 mil operações já foram realizadas.

||| [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) ▶



**N**ão é novidade que o acesso ao crédito é fator chave para a melhoria dos índices de produtividade das empresas. Entretanto, existe uma assimetria de informações no mercado que faz com que fornecedores e compradores tenham riscos mais elevados em suas operações. Na prática, a falta de informação sobre a oferta de produtos e serviços e a falta de informação sobre a

capacidade das empresas de contraírem crédito são fatores que pesam na avaliação dos riscos envolvidos em cada operação, e conseqüentemente, nas taxas de juros aplicadas.

Esta assimetria pesa ainda mais sobre as micro e pequenas empresas, que correspondem a 99% das empresas do país e são responsáveis pela maior parte dos novos postos de trabalho. As PMEs tem mais dificuldades para acessar os sistemas formais de crédito, por possuírem menos garantias para assegurar um empréstimo. Muitas vezes sua principal forma de financiamento é a negociação de prazo com fornecedores, modalidade praticada por 68% dos empresários da categoria de acordo com o Sebrae.

Para tentar resolver esta questão, foi criado o portal [Cartão BNDDES](#) um sistema para gerar e compartilhar informações de crédito, com rápida tramitação, dedicado ao financiamento de bens de produção para micro e pequenas empresas a taxas competitivas. O portal é aberto para que fornecedores cadastrem seus produtos, oferecendo aos empresários que tem o cartão, a possibilidade de comparar os melhores preços e realizar as compras.

Funciona como crédito rotativo, e na medida em que o empresário usa o serviço, seu histórico vai sendo considerado para compras futuras, com melhores condições a cada operação. Para os fornecedores, além de fazer parte de uma grande base de dados aberta a empresários, a vantagem é o recebimento garantido. Com isso eles conseguem oferecer preços mais competitivos.



“

**O fornecedor sabe que vai receber.**

Beatrice Takashina, proprietária de restaurante em Curitiba



**H**oje, mais de 200 mil produtos estão disponíveis, desde veículos leves, equipamentos de automação comercial, computadores e suprimentos, refrigeradores, estantes, máquinas de costura, motores, até bombas e equipamentos, mobiliário comercial, entre outros. Enquanto o BID estruturou o modelo do programa, o BNDES usou de sua capilaridade junto a bancos comerciais para fazer com que o projeto chegasse ao mercado.

O modelo envolveu uma arquitetura com diversos parceiros. Para os bancos comerciais, que emitem o cartão e negociam as garantias com os empresários, havia a possibilidade de aumentar os recursos de *funding* para a carteira de empréstimos a PMEs. A parceria com operadoras de cartão de crédito permite que o valor líquido das transações seja depositado dentro de 30 dias aos fornecedores após a aprovação da compra no portal.

Beatrice Takashina, sócia-gerente da Jacobina Restaurante, em Curitiba, tomou conhecimento do cartão pelo gerente do seu banco. Com um quadro de 30 funcionários, e oferecendo almoço e jantar de segunda a sábado, a microempresária buscava recursos para fazer uma obra na cozinha. *“Fizemos uma pesquisa de linhas de crédito disponíveis. A gente gostou do cartão por conta da flexibilidade. Compramos todo o maquinário e as peças da cozinha com o cartão. A gente ia à loja e identifi-*

*cava o produto, que era incluído pelo lojista no site, caso ainda não estivesse. E aí a gente comprava com o cartão”.*

O segundo negócio de Beatrice, o bistrô Carmina, com 10 funcionários, foi constituído recentemente. Todo o material foi pago com o Cartão. *“As casas de materiais de construção começaram a aceitar o Cartão. Compramos também cadeiras, mesas de salão, bancada, fogão, e até utensílios de cozinha. Na primeira obra foi bom e na segunda foi melhor ainda porque a gente tinha crédito melhor. O sistema estava melhor também. Depois compramos um aparelho de ar condicionado e uma estufa”*, complementa.

O limite de crédito rotativo é de até R\$ 1 milhão e o prazo para pagamento varia entre três e 48 meses, em prestações fixas. Além de reduzir os custos de transação, o Cartão não exige garantias reais e financia 100% do valor do bem. Assim como Beatrice, empresários em todas as regiões do Brasil vem utilizando o sistema. Mais de 700 mil operações de crédito foram realizadas. O Banco de Desenvolvimento da Colômbia, Bancóldex, já estuda adotar a metodologia.

## Empresas que utilizaram o cartão geraram mais emprego formal

**D**urante a crise financeira internacional em 2008, as PMEs brasileiras demonstraram o poder de atuar como um colchão amortecedor do desemprego, registrando criação líquida de vagas formais, período em que as médias e grandes empresas tiveram resultado negativo. Isto reforça o papel crucial que o microempresário desempenha na economia do país.



Enquanto tentava diminuir a assimetria das informações de mercado, o programa ajudou em outra esfera tão importante quanto: a geração de emprego formal. O acompanhamento do desempenho das empresas que tem o cartão demonstra que aquelas que utilizaram o mecanismo tiveram um aumento de 21% na geração de oportunidades de trabalho em comparação com aquelas que não utilizaram.

“Em alguns casos isso aconteceu porque ao suprir uma carência na oferta de crédito, o Cartão viabilizou investimentos que, ao melhorarem os resultados das empresas, possivelmente puderam contratar mais empregados, ou mesmo formalizar posições de trabalho já existentes”, contam Luciano Machado e Maria Parreiras, economistas do BNDES. Outra possibilidade é que mais trabalhadores foram contratados para atender a um nível maior de produção, proveniente do financiamento do Cartão ou dos investimentos realizados.

“O crédito para empresas de menor porte poderia ser visto como um instrumento de formalização”, concluem.

# Impactos do desenvolvimento integrado

- 707 mil operações de crédito realizadas em 2012
- R\$ 10 bilhões emprestados em 2013
- R\$ 35 bilhões desembolsados desde a criação do Programa em 2003 até 2013
- 200 mil produtos disponíveis no portal
- 650 mil cartões emitidos
- Aumento de 40,5% no faturamento das empresas participantes do programa de trabalho nestas empresas
- Aumento de 21% de oportunidades de trabalho nestas empresas

**Especialista no Brasil:** Luciano Schweizer  
**Divisão de Mercado de Capital e Instituições Financeiras**  
**Sobre o projeto:** BR-X1016

Investimento Total

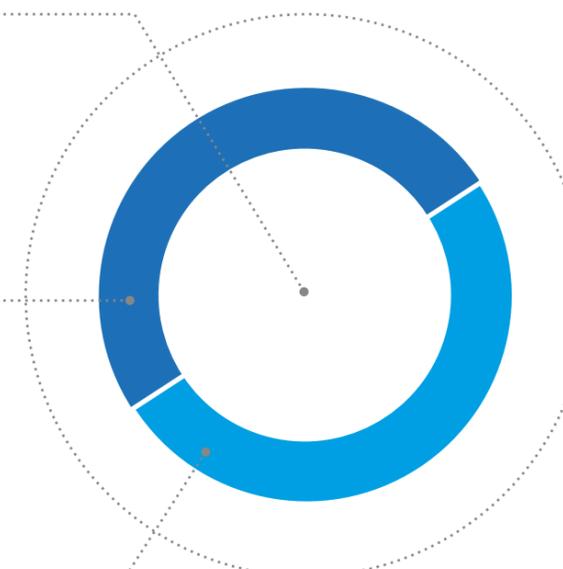
US\$ 6 bi

BID

US\$ 3 bi

BNDES

US\$ 3 bi



**Conheça o próximo projeto**

**VEJA OUTROS PROJETOS**

COMPARTILHE:





RIO DE JANEIRO / RJ E RECIFE / PB

## *E a cultura do venture capital se estabelece no Brasil*

Parceria com a FINEP permitiu atrair e capacitar empresários, gestores e investidores numa indústria nova no país. Investimentos de US\$ 5 milhões no programa se converteram em US\$ 2.281 bilhões comprometidos no financiamento de negócios inovadores.

||| [VEJA OUTROS PROJETOS](#)

[CONHEÇA O PROJETO](#) ▶

**A indústria de venture capital em-  
contra nos Estados Unidos uma  
referência permanente.** Negócios como a Apple e Facebook ganharam escala a partir do momento em que investidores identificaram a viabilidade das ideias de seus criadores e de suas equipes profissionais nas etapas iniciais de operação da empresa.

Para fazer a ponte entre os investidores e os empresários entra em cena o gestor de fundos, com conhecimento e expertise para alinhar os interesses de ambos os lados, em um investimento que se fundamenta no potencial futuro de crescimento da empresa, e na expectativa de que este se converta em rendimentos altamente positivos.

Para que este tipo de investimento funcione é necessário, além de um marco regulatório propício, conhecimento profundo por parte dos três atores – gestor, investidor e empreendedor. Entretanto, o reduzido conhecimento sobre a lógica de funcionamento e as possibilidades de

rentabilidade do *venture capital* eram fatores que impediam a difusão e o crescimento desta indústria no país.



**O investimento aprimora a governança das empresas e melhora suas relações comerciais. E isso gera empregos mais qualificados.**

Patrícia Freitas, FINEP

Foi pensando nesta tríade que o Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) criaram em 2000 o projeto INOVAR, para desenvolver uma estrutura institucional capaz de estimular investimentos de capital semente e empreendedor, focados em negócios inovadores.

O primeiro passo foi criar um ecossistema de gestores de fundos e investidores, conta Eduardo Câmara, coordenador do programa na FINEP. *“Nosso foco sempre foi atrair e formar gestores e investidores. Começamos a visitar potenciais investidores, como fundos de pensão, bancos de desenvolvimento. Nós mesmos temos investimentos também”.*

O cerne deste ecossistema é construído por meio de capacitações às três pontas do negócio do *venture capital* – empresariado, gestores e investidores – e chamadas anuais de bancas de fundos. Um edital convoca gestores para apresentarem propostas de fundos de investimentos com as orientações da FINEP/FUMIN. No mesmo edital são convocados os investidores parceiros.

Uma vez realizada a chamada, os gestores passam por uma pré-qualificação. Os selecionados nesta etapa apresentam suas propostas em bancas de avaliação formadas por investidores institucionais de grande porte, ou investidores pessoas físicas. A premissa do programa é focar em negócios inovadores dentro de suas áreas de atuação. *“Surgem fundos orientados a todos tipos de negócios: piscicultura, cadeia produtiva de prestação de serviços para a indústria de petróleo, fundos de tecnologia, sucroalcooleiros”*, conta Câmara.

Com investidores e gestores de fundos conectados, falta unir os gestores aos empresários e empreendedores. Este trabalho é feito nos Fóruns Inovar (*venture capital e seed capital*). Nele é feita a convocatória de empresas inovadoras pelos parceiros INOVAR. As empresas são selecionadas e capacitadas para apresentar seus planos de negócios a uma banca de investidores.



A Estoks foi uma destas empresas. Athur Rozenblit e seu sócio eram *trainees* em uma construtora quando perceberam que ao final das obras havia um grande estoque de materiais com valor de mercado, mas sem utilidade para uma grande construtora. *“Ficamos atentos a esta oportunidade, que se confirmou por meio de um estudo de mercado. Existem excedentes também no varejo e em vários segmentos da economia. Trata-se de uma cadeia de logística reversa, com uma enormidade de problemas e oportunidades”*, conta Rozenblit.

Para fazer o negócio alavancar, os sócios já tinham definido que queriam buscar recursos por meio de *venture capital*, quando

tiveram contato com a Performa Investimentos, uma das gestoras de fundos que trabalha com o INOVAR. Participaram da banca e receberam os investimentos necessários para ampliar o negócio. Há pouco mudaram a sede do escritório do Rio de Janeiro para São Paulo como parte da estratégia.

*“A saída melhor para quem não tem muito dinheiro no caixa é o venture capital. É mais caro, porque na prática vendemos a participação da empresa, mas por outro lado traz inteligência, networking. O Brasil é o 2º ou 3º maior país de pessoas que querem ter o próprio negócio. É esse apoio de capital que vai possibilitar conseguir os recursos”*, afirma Rozenblit, que pretende fazer uma nova captação em 2016.

Humberto Matsuda, presidente da Performa Investimentos, é o responsável pela capitalização da Estoks. Dedicados a empresas inovadoras, já conseguiram aportar investimentos em negócios os mais variados, desde adubo que não sai na água a sistemas de pagamento por telefone para pessoas que não sabem ler e escrever.

## Benefícios do Venture Capital



COMPARTILHAR INFOGRÁFICO:





A primeira captação em 2010 foi de US\$ 26 milhões, que cresceram para US\$ 201 milhões em 2013. *“O INOVAR criou esse caminho, capacitou a gente sobre outros fundos e investidores, assim como criou condições para conhecermos mais empresários”*, conta Matsuda.

O tempo médio de captação no Brasil é de aproximadamente um ano e meio. O tempo de maturação de uma empresa no fundo varia entre cinco e dez anos e espera-se que o retorno dos investimentos se dê no momento com maior potencial para cada empresa. *“A gente só consegue atingir o ponto de vender a empresa quando ela atinge certo tamanho. Se ela crescer muito, é possível pensar até em oferecê-la no mercado de ações”*, conclui. Outras possibilidades são a venda da participação do fundo naquela empresa, que pode ser para

o próprio controlador do negócio ou para um grupo estratégico.

Com os objetivos de crescimento da empresa cumpridos, é iniciado o período de desinvestimento, o que acontecerá em breve com os investimentos da FACHESF (Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social). A Fundação tem metade de sua carteira de US\$ 300 milhões aplicada em fundos do INOVAR.

Luiz da Penha Silva, responsável pela área de investimentos da Fundação, conta que não há um foco de negócio determinado previamente. Eles participaram de algumas chamadas do INOVAR para ouvir as propostas.

Destas chamadas já investiram em um fundo multissetorial dedicado a empresas da Região Nordeste, além das áreas de tecnologia e mercado sucroalcooleiro. *“É um investimento na economia real, não só financeiro, mas para o crescimento do país. É mais uma fonte de recursos para os empresários, e com isso você passa a ter uma alavancagem dos negócios”*, aponta Silva.

Até o primeiro semestre de 2014 foram realizadas, pela FINEP e por parceiros, 21 chamadas públicas destinadas a atuais e potenciais gestores de fundos de *venture* e *seed capital* para apresentação de propostas de capitalização de fundos de investimento. Foram aprovados investimentos em 29 fundos. A carteira de empresas investidas pelo INOVAR é composta por 117 companhias e os cinco maiores fundos de pensão do país são parceiros.

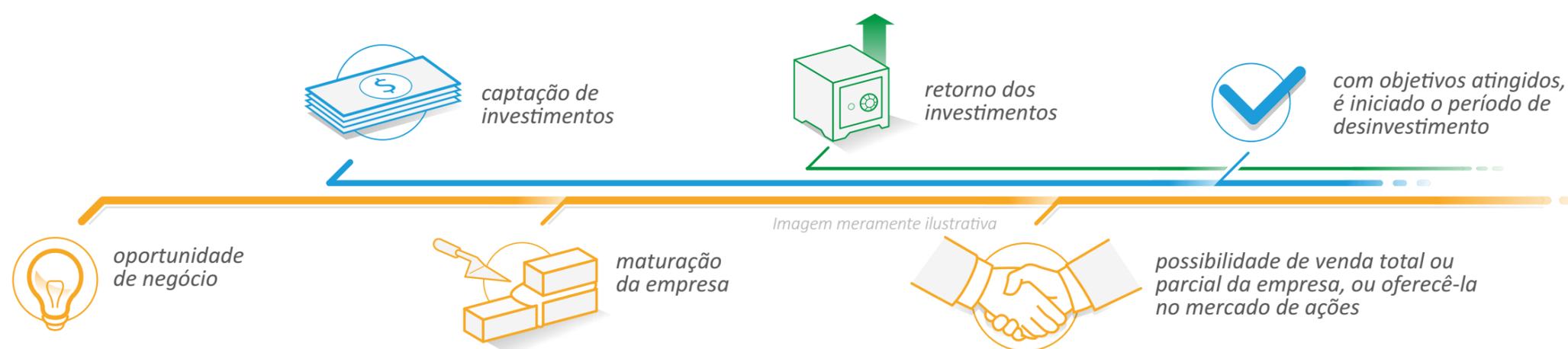
Todos são unânimes de que o *venture capital* é uma indústria que vai se desenvolver e se fortalecer no Brasil. Entretanto, um dos principais entraves para este avanço é cultural. Em casos extremos, o empreendedor não quer abrir mão da propriedade do negócio, ou o investidor quer aportar o recurso e já começar a comandar a empresa em sua totalidade.

Uma das idealizadoras do programa por parte da FINEP, Patrícia Freitas, avalia, entretanto, que o *venture capital* traz um aporte importante na gestão das empresas. *“Além da governança, melhora as relações comerciais das empresas e gera empregos mais qualificados. As empresas que recebem este tipo de inves-*

*timentos costumam apresentar faturamento maior que suas concorrentes”*, conta.

Com o projeto foi possível ainda aumentar a quantidade de referências de processos bem sucedidos de saída dos investimentos para o mercado, muito embora permaneça o desafio de aumentar o número de saídas que se deem através do mercado de capitais. O ponto de equilíbrio é o principal desafio, que deve ser criteriosamente negociado antes do investimento. Daí a necessidade de capacitação, entendimento técnico profundo, e uma estrutura que ajude a fortalecer esta indústria.

## Empresas no fundo INOVAR



COMPARTILHAR INFOGRÁFICO:



# Impactos do desenvolvimento integrado

- Criação de 29 fundos de investimento, um compromisso de US\$ 2,28 bilhões
- US\$ 262 bilhões comprometidos pela FINEP nos Fundos
- US\$ 2,02 bilhões alavancados em investimentos
- 117 empresas investidas
- Apoio técnico para 422 empreendimentos
- Estima-se que cada empresa investida gere, em média, entre cinco e 10 novos empregos
- Cada US\$ 1 comprometido pela FINEP nos fundos alavancou US\$ 8,7 de outras fontes

**Especialista no Brasil:** Ismael Gilio  
**Fundo Multilateral de Investimentos**  
**Projetos: INOVAR II:** INOVAR II: [BR-M1044](#)/INOVAR: TCO011041

Investimento Total

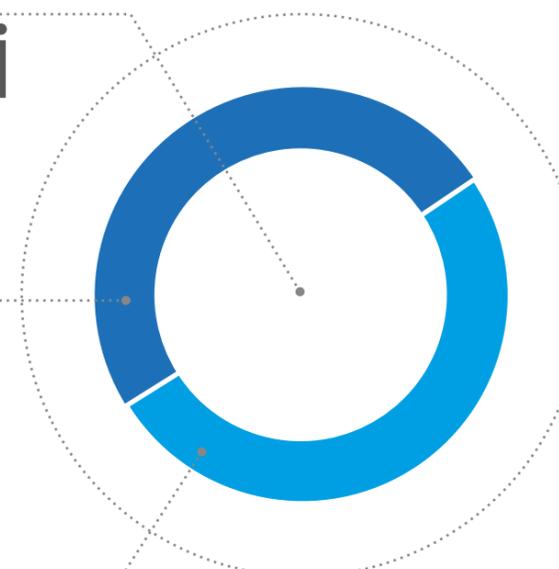
US\$ 5,4 mi

FUMIN/BID

US\$ 2,68 mi

FINEP

US\$ 2,72 mi



**Próximos passos do BID no Brasil**

VEJA OUTROS PROJETOS

COMPARTILHE:



## *No horizonte*

**A**s próximas décadas apresentam mudanças estruturais no cenário brasileiro.

O fim do bônus demográfico, o crescimento da classe média, entre tantas outras esferas da vida demonstram parte dos temas que deverão estar em mente dos governos e da sociedade.

Neste horizonte, o Banco vislumbra a continuidade de apoio às iniciativas para a redução da pobreza e promoção da equidade e sustentabilidade, assim como uma atuação que possa ajudar os entes públicos a promoverem constantemente mais cidadania.

Seguiremos contribuindo para o fortalecimento das relações público-privadas, tanto em termos operacionais como em produção de conhecimento, porque entendemos que este é um caminho com elevado potencial para fortalecer instituições e sociedade, e conseqüentemente, diminuir a desigualdade.

Em nossos próximos passos, devemos também fortalecer o apoio às regiões Norte e Nordeste, e seguir ampliando nossa abordagem multissetorial. Nossas experiências no Brasil constroem conhecimentos que são replicados e adaptados a outros países da América Latina e do Caribe, o que só reforça a importância deste país para o BID e para a região.

Daniela Carrera-Marquis,

**Representante do BID no Brasil**

